

-----ATA N.º 272-----

----- Aos dezassete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, no Centro das Artes e do Espectáculo de Sever do Vouga, reuniu a Assembleia Municipal, ordinariamente, sob a presidência de Hermínio Pedro Marques Martins, que a convocou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 30º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----Ordem de Trabalhos-----

- 1 Período da Ordem do Dia-----**
- 1.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal-----
- 1.2 Taxas do IMI para 2022-----
- 1.3 Taxas do IMI para 2022 – Redução por Agregado Familiar -----
- 1.4 Taxa Municipal de Direitos de Passagem para 2022-----
- 1.5 Participação Variável no IRS para 2022-----
- 1.6 Derrama para 2022-----
- 1.7 Desafetação do Estacionamento Público ao lado do Edifício dos Paços do Concelho-----
- 1.8 Trabalhos de Auditoria de Procedimentos e Forense-----
- 1.9 Orçamento Municipal de 2022-----
- 1.10 Mapa de Pessoal de 2022-----
- 1.11 Regulamento de Apoio às Freguesias – Alteração-----
- 1.12 Criação de Grupos de Trabalho-----
- 1.12.1 Regimento-----
- 1.12.2 Acompanhamento do Processo dos Danos Causados com a Cheia de 2019, no Rio Vouga e Outros Impactos-----

----- O Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão pelas dezassete horas e doze minutos.-----

----- O Presidente deste órgão solicitou ao segundo secretário para proceder à chamada e verificar se havia quórum.-----

----- Depois de realizada a chamada, constatou-se a presença dos membros:-----

- Alexandre Manuel Tavares Rocha-----
- Almiro Silva Machado-----
- Ana Cristina da Silva Tavares-----
- Ana Maria Veloso Martins da Silva-----
- António Augusto Macedo de Cruz-----
- António Carlos Bivar Branco e Penha Monteiro-----
- António Fernando da Silva Dias-----
- Beatriz Manuel Lourenço Soares-----
- Cláudia Isabel Lopes Cruz-----
- David da Silva Alves-----
- Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva-----
- Elga Maria do Amaral Martins da Silva-----
- Fernando Pereira Rodrigues-----
- Hermínio Pedro Marques Martins-----
- Isabel Maria Martins Tavares-----
- João Rodrigues Oliveira-----
- José Carlos Ribeiro de Sousa-----
- José Pedro de Bastos Costa Lemos-----
- Júlio Martins Fernandes-----
- Luís Filipe Tavares da Silva Pedro-----
- Maria Amaral Martins Pereira-----
- Patrícia Sofia Martins Santos-----
- Paulo Alexandre Pereira Henriques Lourenço-----
- Pedro Miguel Martins Mendes-----

- Renata Liliana da Costa Marques-----
- Sandra Marlene Rodrigues Pereira-----
- Sérgio Soares da Silva-----
- Tânia Filipa Fernandes Pinheiro-----

--- Da Câmara Municipal foram registadas as presenças de Pedro Amadeu Fernandes Lopes Lobo, Presidente; Paulo Sérgio Martins Nogueira, Vice-Presidente; António José Martins Coutinho, Ricardo Manuel Tavares da Silva, Paula Cristina Dias Coutinho, José Manuel Barbosa de Almeida e Costa e Eliana Inês Tavares Machado, Vereadores.-----

--- Da Assembleia Municipal, foram registadas as seguintes faltas: Ana Maria Tavares Mendes, que foi substituída por Luís Filipe Tavares da Silva Pedro; Ana Rita da Costa Sousa Figueiras, que foi substituída por Isabel Maria Martins Tavares e Jorge Manuel Henriques da Graça que foi substituído por Júlio Martins Fernandes.-----

-----Período de Antes da Ordem do Dia-----

1.1 Ata: - Foi apreciada a ata n.º 271, da sessão extraordinária de 26 de novembro de 2021, a qual foi disponibilizada em tempo aos membros para consulta e análise, pelo que se dispensou a sua leitura, e foi aprovada, por maioria, com vinte e quatro votos a favor dos membros Alexandre Rocha, Almiro Machado, Ana Tavares, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, Cláudia Cruz, David Alves, Diana Paiva, Elga Silva, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, Isabel Tavares, João Oliveira, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Maria Pereira, Patrícia Santos, Paulo Lourenço, Renata Marques, Sandra Pereira, Sérgio Silva e Tânia Pinheiro e uma abstenção de António Dias.-----

1.2 Correspondência:-----

O Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da seguinte correspondência recebida:-----

- Convite do Presidente da Câmara Municipal para uma reunião, no Município de Vouzela, relacionada com a criação de um roteiro turístico relativo à Estrada Nacional 16, da Costa Atlântica à linha da fronteira, no dia 6 de dezembro de 2021, onde esteve presente juntamente com representantes de outros municípios;-----
- Convite para a Festa de Nossa Senhora da Conceição, Padroeira da Fundação Bernardo Barbosa de Quadros, no dia 8 de dezembro de 2021, onde esteve presente o Primeiro Secretário em representação da Mesa;-----
- Congresso da ANMP, nos dias 11 e 12 de dezembro de 2021, onde esteve presente juntamente com o Presidente da Câmara Municipal e o Presidente da Junta de Freguesia de Pessegueiro do Vouga, onde o ponto principal foi a futura regionalização;
- Tomada de posse para a Assembleia Intermunicipal da Região de Aveiro, no dia 13 de dezembro de 2021, onde esteve presente;-----
- Convite para o dia 19 de dezembro de 2021, no CAE, para o Concerto de Natal da Filarmónica Severense;-----
- E-mail do deputado António Monteiro, do dia 6 de dezembro de 2021, a pugnar pela transmissão das reuniões da Assembleia Municipal;-----
- E-mail do Presidente da Junta de Freguesia de Talhadas, do dia 8 de dezembro de 2021, a solicitar um aditamento ao Regimento no sentido de ser permitida a transmissão das sessões da Assembleia Municipal;-----
- Um ofício recebido no dia 17 de dezembro de 2021, do Presidente da Câmara Municipal, a comunicar à Assembleia Municipal as funções não remuneradas que exerce: por inerência de funções é vogal da Direção da Fundação Bernardo Barbosa de Quadros, é representante da cessação de atividade da Sociedade Verde Vouga, Unipessoal, Lda., e é vogal da Direção da Associação Nacional de Produtores de Mirtilo.-----

1.3 Assuntos de Interesse Local-----

----- O Presidente da Assembleia Municipal solicitou aos membros que pretendiam inscrever-se para intervir no período de antes da ordem do dia, que transmitissem essa

intenção, com vista a realizar-se o registo e à chamada por ordem de inscrição ou alternada nos termos regimentais.-----

Diana Paiva - Um ponto prévio ainda antes da minha intervenção. Tenho uma proposta das bancadas desta Assembleia Municipal para apresentar e gostaria que fosse já colocada a votação. No seguimento do que já vinha decorrendo, e do que falámos anteriormente, esta proposta é no sentido de se manterem as transmissões das sessões da Assembleia Municipal em *streaming* e, também, uma vez que temos este diferendo do dia de hoje e não temos, ainda, aprovado, portanto, a sessão ser gravada e, posteriormente, transmitida em diferido na página da Câmara Municipal. Ficava só a apresentação e eu faria a minha intervenção posteriormente à votação.-----

Presidente da Assembleia Municipal – A Mesa entende admitir a proposta que eu vou ler apenas os pontos:-----

Ponto 1 – Que se mantenha a mesma transmissão em *streaming* na página oficial da Câmara Municipal, em sinal abeto, das sessões da Assembleia Municipal, ordinárias e extraordinárias, disponibilizando a Câmara Municipal todos os meios técnicos;-----

Ponto 2 – Que a Câmara Municipal implemente a transmissão em *streaming* das suas reuniões, na mesma página web;-----

Ponto 3 – A presente reunião seja gravada para, após aprovação da ata, ser difundida na página oficial da Câmara Municipal.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou se alguém se queria pronunciar sobre esta proposta.-----

António Monteiro – Muito obrigado, senhor Presidente da Mesa. Senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais, senhores Presidentes de Junta, público aqui presente. Apenas para fazer algumas notas que eu acho que são importantes em torno desta questão da transmissão. Aliás, o senhor Presidente, quando falou na correspondência, referiu um e-mail que eu lhe teria enviado. É uma matéria que, na reunião prévia que tivemos, dos vários grupos municipais, com o senhor Presidente da Mesa, foi acordada, unanimemente, entre os vários grupos municipais presentes, entre o PSD, o PS e o CDS, portanto, a minha intervenção, neste momento, é exatamente no sentido de dizer que estamos juntos e é importante que saibamos estar juntos naquilo que interessa aos Severenses e que interessa àquilo que é o funcionamento e a dignificação deste órgão. O CDS irá apoiar e votar favoravelmente esta proposta no sentido de, hoje, se fazer a gravação e, uma vez aprovada a ata em minuta, poder ser disponibilizada para conhecimento de todos os Severenses o que se passou aqui nesta reunião e, a partir da próxima Assembleia, a transmissão passará a ser em direto e era esta a nota que eu queria deixar relativamente à proposta que aqui está em causa.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

De seguida, foi retomada a continuidade deste ponto.-----

Diana Paiva – Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal restantes membros da mesa, excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal e restante executivo, excelentíssimos senhores membros da Assembleia Municipal, minhas senhoras e meus senhores. Quero, em primeiro lugar, por ser esta a primeira sessão ordinária desta Assembleia, com a composição resultante das últimas eleições, daras boas vindas aos novos membros eleitos, e aqueles que se mantêm em funções, e que tenhamos um trabalho profícuo ao longo deste próximo mandato, com troca de argumentos e pontos de vista sempre e pensar no mais alto interesse dos munícipes de Sever do Vouga. Assistimos nas últimas eleições a uma mudança de ciclo, os Severenses disseram claramente que queriam uma mudança e essa mudança é claramente visível. Mas, como mudança que é, naturalmente conta com alguma resistência, por um lado porque as pessoas estão muito habituadas a uma forma de agir, e, apesar de tudo se acostumaram, por outro porque todos querem obter louros de vitória e determinar os destinos do Município. Não tenha ilusões senhor Presidente, que penso que não as tem, vai ter muito amigos agora nesta altura, mas

também vai ter muitos detratores. Parece-nos que é uma pessoa com os pés bem assentes no chão, conhecedor destas realidades, e que terá sempre presente que o interesse dos Municípios está em primeiro lugar e que terá que tomar decisões que, numa primeira fase, poderão não ser bem compreendidas, e que todos nós, municípios, membros do executivo municipal, membros da Assembleia Municipal, funcionários do Município temos que entender que é para o objetivo primeiro, promover os interesses de todos os municípios. Por parte dos membros da Assembleia Municipal pode contar com toda a colaboração institucional para esse efeito, mas estaremos também atentos às decisões e cá estaremos para chamar a atenção. Mas, já percebemos que o ciclo e o estilo é bem diferente, desde logo senhor Presidente, porque teve a visão e a humildade de perceber que os comerciantes de Sever do Vouga terão que ser parceiros do Município para conseguir dinamizar esta atividade. Congratulamo-nos por os ter chamado a si, ter promovido a reunião, ter tido a humildade de assumir que o tempo era escasso para fazer mais e melhor. Mas fez. Temos este ano uma iluminação de Natal que é adequada é época festiva que vivemos, soube ouvir os seus parceiros e trazer a dinamização para a parte mais visível da Vila, pois a solução que menos transtornos traria à circulação na Vila seria o Parque da Vila, mais conhecido por piolhosa, mas que afastaria o público alvo das lojas, do comércio. Trazer esta animação para os miúdos e mais graúdos, estou com esperança de experimentar aquela pista do gelo, a ver vamos, o Pai Natal, a competição do bolo rei, a competição das montras, tudo isto é positivo, pois que cada um quer fazer melhor e consegue-se animar esta época, que, ainda em período Covid, bem precisa. Senhor Presidente, permita-me ainda fazer um pedido, pois nem sempre nos ocorre tudo, na época festiva de natal e fim de ano, com a criação da aldeia natal que nos trouxe, o centro da vila viu-se muito limitado na capacidade de estacionar em regime livre. Sever do Vouga tem este problema, a orografia da nossa Vila não permite muitas soluções, mas nesta altura, à semelhança de outros Municípios, poderia isentar o pagamento do parque da vila, não é a questão de se as pessoas não pagarem não serem autuadas, ter mesmo uma decisão do executivo de isentar o pagamento dos parques neste período, também ajuda os comerciantes. Aplaudimos ainda a dinamização da página do Município no Facebook. Há informação importante e de uma só voz sobre o que se fez, o que se irá fazer e comunicação aos municípios. Há agora, por parte do Município, um único canal de informação oficial, e, assim, é que deve ser. Já se notam muitas diferenças na forma e conteúdo da atuação deste executivo, o tempo é curto, só temos dois meses após a tomada de posse, mas, pelos documentos que temos hoje em cima da mesa, já vemos a vontade de mudar os destinos dos Severenses para melhor, acreditamos que ainda não seja aquilo que pretende apresentar, que seja o possível atendendo a esse tempo, mas estamos muito expectantes dos próximos anos deste mandato.-----

António Monteiro – Muito obrigado, senhor Presidente da Mesa. Renovo os cumprimentos de há pouco e, à semelhança daquilo que disse aqui, no dia em que tomámos posse, que estes são tempos de mudança. E são, também, tempos de esperança. Por isso mesmo, neste que é o primeiro período antes da ordem do dia, em que nos encontramos aqui, hoje, a analisar e a ouvirmos uns aos outros, eu gostaria de recordar aquilo que foi a preocupação do CDS ao longo de todo o mandato anterior. Nós, no período de antes da ordem do dia, sempre tivemos o cuidado de trazer propostas que procurassem unir todos os partidos, e o independente, em torno daquilo que são os interesses de Sever do Vouga e que mereciam, da parte deste órgão, que estivéssemos unidos para os defendermos junto, designadamente, da administração central. Essas preocupações mantêm-se. Não se resolveram porque não bastou mudar a Câmara para que elas ficassem tratadas. Por isso mesmo, cá estaremos para procurarmos defender aquilo que são os interesses de Sever do Vouga, procurarmos unir aquilo que são as várias forças vivas do concelho para que, lá fora, junto da administração pública, possamos apresentar uma frente unida. Acontece isso, como sabemos, com aquilo que são as dificuldades que temos na barragem. Acontece isso na questão das acessibilidades. E acontece isso, também, naquilo que registámos, com agrado, e que discutiremos a seguir, que é o orçamento municipal, com a questão da saúde.

Estou apenas a elencar 3 pontos que eu acho, com toda a franqueza, não têm a ver se somos mais à esquerda, mais à direita ao mais ao centro. Tem a ver com a vida das pessoas de Sever, tem a ver com todas as nossas vidas e isso não tem cor política. Podemos divergir quanto à forma de resolver, mas temos que saber encontrar, aqui, o melhor modo de apoiarmos o Município para que consigam alcançar esses que são objetivos de todos nós e que precisam de solução. É importante inovar e tomámos boa nota da inovação que houve e que já aqui foi sublinhada, pela Diana Paiva, relativamente às iluminações de Natal, este ano, e da preocupação com o comércio. O Município existe para servir os Severenses, sejam eles comerciantes, habitantes, visitantes. É para eles que o Município tem que trabalhar. E nós cá estaremos com propostas, sugestões, espírito crítico, sempre no sentido de ajudar a encontrar as melhores soluções.-----

David Alves – Excelentíssima Mesa da Assembleia, excelentíssima vereação e senhor Presidente da Câmara, membros da Assembleia Municipal, Presidentes de Junta, órgãos da comunicação social, público em geral. Já depois do ato eleitoral, decorreu nas Talhadas uma prova de rolamentos. Era Domingo à tarde e com muito bom tempo, por sinal. Neste evento, esteve presente o senhor Ricardo Silva, atual vereador do executivo. Dos presentes, estava também, uma colaboradora da Sicaf que, abordando o senhor Ricardo Silva, lhe disse “*então, vai ser deputado?*” tendo o mesmo referido, entre outras coisas que será melhor não comentar, mas questionando como é que ela sabia, tendo a mesma respondido que tinha sido a patrão dela, senhor David, que tinha comentado, ao que ele respondeu “O senhor David? Que senhor David? É senhor de quê?”. Ainda surpresa pela resposta, Ricardo Silva arrematou “Já agora, pergunta ao teu patrão quanto é que ele mamou da Câmara”. Quem não se sente, não é gente. Decidi colocar esta questão no polígrafo, e então, temos: primeira pergunta – “O senhor David é algum senhor?”. Resposta do polígrafo – não, o senhor David não é o senhor de nada e a confirmar pelo seu CC, de facto apenas consta David da Silva Alves. Assim sendo, senhor Ricardo Silva falou a verdade, sendo a afirmação verdadeira. Segunda pergunta – “Quanto mamou David da Silva Alves da Câmara Municipal?”. Resposta – feita a pesquisa, David da Silva Alves não mamou nada da Câmara Municipal e, se mamou, foi apenas da sua mãe, mas com a sua morte perdeu esse vício. Ao contrário do senhor Ricardo Silva que ainda pode continuar a mamar, pois a sua mãe é viva, com o devido respeito pela senhora.-----
O Presidente da Assembleia Municipal interrompeu e pediu ao membro David Alves para moderar a linguagem.-----

O membro David Alves continuou a sua intervenção, dizendo: -----
Assim sendo, a afirmação é falsa. No entanto, convém referir que David da Silva Alves recebeu do Município de Sever do Vouga, no ano de 2020, a quantia de € 343,35 relativos a senhas de presença na Assembleia Municipal. O valor de 2021 não deverá ser muito diferente. Além disso, a empresa de que é gerente, a Sicaf, faturou ao Município consumíveis de material informático cujos valores são: 2020 - € 3 972,94; 2021 até à presenta data - € 6 161,62. Valores estes devidamente orçamentados e com a indicação de compromisso e cabimento. Assim sendo, e porque desconheço valores para poder comparar, solicito que me sejam fornecidos os seguintes elementos: requerimento ao senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral. Solicite que me informe, por escrito, sobre as remunerações auferidas em 2022 e 2021 relativamente a senhor Ricardo Silva vereador do executivo. Ano 2020, remunerações sujeitas, senhas de presença relativamente a presenças em reuniões do executivo, senhas de presença de outras reuniões, outras remunerações sujeitas, remunerações isentas, valor atribuído relativo a ajudas de custo, valor atribuído a título de reembolso de quilómetros, outras remunerações isentas. Ano 2021, idem. Senhor António Monteiro, líder da bancada parlamentar do CDS, ano 2020 remunerações sujeitas, senhas de presença relativas a presenças nas reuniões da Assembleia Municipal, senhas de presença em outras reuniões, outras remunerações sujeitas, remunerações isentas, valor atribuído a título de ajudas de custo, valor atribuído a título de reembolso de quilómetros, outras remunerações. Ano de 2021,

idem ao solicitado para 2020. Sever do Vouga, 17 de dezembro, o requerente, David da Silva Alves, membro da Assembleia Municipal. Passo a entregar à mesa.-----

Sérgio Silva – Muito boa tarde, minhas senhoras e meus senhores, senhores deputados municipais, senhores vereadores e senhor Presidente da Câmara, caríssimo Presidente da Assembleia Municipal. Quando os interesses pessoais se sobrepõem aos interesses dos partidos e quando os interesses dos partidos se sobrepõem aos interesses dos cidadãos, o concelho não anda e o povo fica para trás. Quer queiramos, quer não, quer gostem, quer não gostem, mas quarenta e sete anos de democracia e quarenta e sete anos de governações partidárias neste concelho trouxeram-nos, aos dias de hoje, a um dos concelhos mais pobres e mais deprimidos da nossa região. Governações longas e sem uma verdadeira oposição trouxeram-nos, também, a um concelho de festa, de vaidade e de muita promiscuidade. Contudo, as eleições do passado dia 26 de setembro trouxeram-nos uma pequena luz que esperamos que traga alguma prosperidade e alguma dignidade ao concelho de Sever do Vouga. Especialmente às suas freguesias. Aqui, continuarei a ter uma presença independente, crítica e de exemplo e jamais permitirei que interesses partidários ou pessoais seja desculpa para não se recuperar o tempo perdido e ganhar o futuro próximo. O facto de o partido que venceu as eleições e de não estar no poder há trinta e dois anos jamais será desculpa para não se fazer obra e para não se desenvolverem projetos que já ontem vinham tarde. Trinta e dois anos foi tempo mais do que suficiente para prepararem este momento e jamais ajustes de contas do passado servirão para desculpa para aquilo que não vier a ser feito. O diagnóstico é fácil de fazer. Em Sever do Vouga não há vagas para idosos em lares e os mais vulneráveis vivem na miséria. Não há vagas em creches para bebés. Grande parte do concelho não tem abastecimento público de água. Os empreendedores não têm incentivos à fixação de negócios. O lixo não é recolhido. O espaço público está desorganizado. As estradas municipais estão obsoletas e a iluminação pública é arcaica e não funciona. Caríssimo Presidente e amigo, Pedro Lobo. Já tive oportunidade de lhe dizer, pessoalmente, mas quero transmitir, também, a esta Assembleia que não vou esperar quatro anos para avaliar o trabalho deste executivo, pois trinta e dois anos de espera também me foram suficientes. Obviamente que darei tempo a este executivo para se adaptar às funções, contudo, daqui a um ano alguma coisa tem que ser já visível. Daqui a dois e três anos, a exigência será cada vez maior e, daqui a quatro anos, já não haverá desculpa para falhar. A sua equipa é jovem e acredito que a conseguirá mobilizar para dar solução a estes simples assuntos elencados. Quanto ao resto, a tudo o que prometeu em campanha eleitoral, tomei boa nota, também, e acredito que será capaz de dar conta do recado com mais acessibilidades, mais empresas, mais saúde, mais ciência e educação, mais desporto e juventude, mais ambiente, mais turismo, mais cultura e mais ação social. Resumindo, espero sinceramente que os pelouros do mel, do colesterol, da festarola e do vinho americano deem origem a verdadeiros pelouros que tragam o desenvolvimento às freguesias, qualidade de vida aos cidadãos e, essencialmente, dignidade ao concelho de Sever do Vouga. Por fim, tomei boa nota do conteúdo do comício que fez na freguesia de Couto de Esteves e onde não consegui encontrar uma única palavra acerca do principal problema daquela freguesia, nomeadamente as graves carências sociais ali existentes. Só espero que, fruto da coligação que fez com o CDS, esse partido tenha exigido, no que respeita à ação social, a implementação de algumas das propostas prometidas em campanha eleitoral.-----

Renata Marques – Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhor Presidente da Câmara Municipal e restante executivo, caros elementos da Assembleia Municipal, caros Presidentes de Junta, comunicação social. Cumprimento a todos os que seguem a transmissão online desta Assembleia Municipal. Ventos de mudança sopraram Sever do Vouga, diria até que foram rajadas. O executivo mudou e nós também mudamos. É uma demonstração de democracia, a voz do povo foi e deverá ser ouvida. A mudança foi ordenada e é elevado o grau de exigência que aqui é imposta e a que devem honrar. Mas, são um executivo jovem e desejo-vos sinceramente um mandato cheio de conquistas.

Aproveito também para parabenizar todos os aqui que foram eleitos. É tempo de trabalhar e honrar a confiança que nos/vos foi depositada. Neste novo ciclo, seremos uma oposição capaz, justa, honesta e que honre os Severenses, atendendo ao profundo conhecimento que temos da nossa realidade. Mas como disse, e muito bem, uma deputada municipal presente nesta Assembleia, *“Nós vamos fazendo política à nossa maneira”*. De factom dou-lhe toda a razão. O que queremos mesmo é o melhor para a nossa terra. Não somos cores políticas, somos vizinhos. Partilhamos o mesmo espaço, crescemos no mesmo lugar. Pertencemos a uma comunidade, e estamos aqui em prol dela. Como severense venho agradecer a vossa disponibilidade para continuarmos a trabalhar por Sever do Vouga e por todos os que nela habitam. A nossa sociedade está demarcada pelo individualismo, resultado da dicotomia sociedade-indivíduo, acentuada pela pandemia e pelos confinamentos provocados por esta. Viver em comunidade é mais saudável, esta é uma das grandes vantagens de se viver num sítio pequeno como Sever do Vouga. É mais fácil construir laços de amizade, relacionamentos, fazer parte de um grupo, e estes também são fatores que afetam a qualidade de vida e poderá intervir na fixação de pessoas no concelho. Neste sentido, entendo que nesta Assembleia Municipal se deva promover um debate de ideias onde impere o respeito mútuo, que devam respeitar a diversidade multicultural. Ser intolerante com discursos de ódio, discriminação e populistas. Antes de sair, queria ainda dizer ao senhor presidente da Assembleia Municipal que considero boa ideia, os senhores deputados alertarem a mesa das saídas e entradas na sala, mas penso que a ordem deveria ser para todos. Obrigada pela vossa atenção.-----

Júlio Fernandes – Boa tarde a todos. Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes elementos da mesa, o senhor Presidente da Câmara e os senhores vereadores, senhores membros da Assembleia Municipal, senhores Presidentes de Junta, comunicação social e público em geral. O que me traz a este plenário é o estado em que se encontram as estradas em Pessegueiro do Vouga que tem como motivo o saneamento da empresa abre valas e não repara nada e o que repara, repara mal e a Câmara Municipal tem que fiscalizar o que a empresa faz. Ainda hoje, andou uma empresa tapando os buracos na estrada nacional, mas são mais do mesmo. Outro assunto que queria pedir ao senhor Presidente é a marcação da estrada de Santiago a Sever do Vouga. Há falta de marcação na estrada e em Nogueira era preciso fazer uma passadeira ou, até, uma lomba junto aos contentores do lixo. As pessoas querem depositar o lixo e estão sujeitas a ser apanhadas pelos veículos pela velocidade que trazem. Outro assunto é o caso dos CTT em Sever do Vouga, que não estão a trabalhar para as pessoas. Hoje é dia 17 e há muitas pessoas de Sever do Vouga que ainda não receberam as suas reformas passadas do dia 7 de dezembro e pedia ao senhor Presidente que pudesse intervir junto das entidades oficiais porque é um caso que acho que deve ser aperfeiçoado. Por último, só queria desejar ao senhor Presidente e aos senhores vereadores muito sucesso no seu mandato autárquico. Muito obrigado.-----

Beatriz Soares – Excelentíssimo senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, permita-me, na sua pessoa, cumprimentar todos os presentes nesta Assembleia. Nesta sessão, gostava de dirigir as minhas primeiras palavras ao senhor Presidente da Câmara Municipal e à sua equipa. Mais de três décadas depois, a liderança da gestão autárquica local volta às mãos do PSD e isso será, certamente, um motivo de felicidade para todos os que, nesta campanha, caminharam ao vosso lado e acreditaram no vosso projeto. Em meu nome pessoal, deixo os meus mais sinceros votos para que seja um mandato cheio de sucessos com a tónica bem assente na tão aclamada mudança que apregoam e apregoaram trazer ao nosso concelho. Aproveito o ensejo e parabenizo todos os meus colegas que, na segunda-feira passada, tomaram posse na Assembleia Intermunicipal da CIRA, em especial, ao Dr. Hermínio Martins que ocupará um lugar na Mesa, que também o Dr. Manuel Soares e o Professor Mário Silva, anteriores Presidentes desta Assembleia, ocuparam em tempos. É sempre uma honra poder representar e ver outros Severenses representarem o nosso concelho em órgãos supralocais, independentemente das cores

políticas que nos possam dividir. Em relação a isto, e devido à dimensão de perguntas que me foram dirigidas nos últimos dias, senti-me na obrigação de usar da palavra para, simplesmente, esclarecer. Para que não restem dúvidas, também estive presente na cerimónia de tomada de posse da Assembleia Intermunicipal, apesar de ter chegado com ligeiro atrasado, imposto pela pouca flexibilidade de horários que o início de carreira profissional obriga, sobretudo em período experimental, e que estou certa que todos nesta Assembleia, sem exceção, compreenderão. Inflexibilidade essa que, veja-se, ainda hoje penalizou a minha pontualidade nesta sessão. De qualquer forma, cheguei e tomei de imediato posse, tendo assinado no mesmo exato local e com as mesmas formalidades que os meus restantes colegas. Participei em todas as votações e houve ainda outros colegas, de outros concelhos, que chegaram posteriormente e tomaram posse diante de todos nós. Para minha surpresa, um dia depois, deparo-me com uma publicação na página oficial do Município, que é, ou deveria ser, de todos nós, onde todos os meus colegas tiveram direito a um registo fotográfico do ato da posse, menos eu. Sei que não há lugar a confusão possível, porque o meu nome e concelho pelo qual fui “indicada” foram ditos em voz alta pelo excelentíssimo senhor Presidente daquela Assembleia. Face a isto, não consigo perceber a diferenciação a que fui sujeita. Ponderei se poderia ser motivada pelo meu já mencionado atraso, porque, de facto, o término do meu horário laboral diário e a viagem de quarenta e cinco minutos até Aveiro, em hora de ponta, não me permitiram chegar antes, mas nem esta justificação me soa plausível. Como referi, tomei posse no mesmo exato local e da mesma forma que os meus colegas. Quero, por isso, acreditar convictamente que terá sido um lapso, uma distração, mas que não deixa de ser lamentável, porque é daquelas coisas que ou se coloca de todos ou não se coloca de nenhum. Enfim, fica a nota. Agora começa o que importa, o trabalho em prol do concelho e, neste caso, da região, que desejo seja positivo. Se o futuro que se quer traçar é para ser a cores, esta, no entanto, foi, para mim, uma maneira muito cinzenta de começar. Caso não volte a intervir nesta Assembleia, aproveito o momento desejo a todos um Feliz Natal, votos que são, naturalmente, extensivos às vossas famílias. Obrigada.-----

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para responder às intervenções.-----

Presidente da Câmara Municipal – Antes de passar a palavra ao vereador Ricardo Silva, para defesa da honra, algumas breves palavras. Relativamente ao senhor Júlio Fernandes, apenas para dizer que a E.N. 328 já sofreu duas reparações desde que nós tomámos posse há cerca de dois meses. As estradas internas de Pessegueiro, estavam algumas desde maio sem colocação de pavimento provisório. Relativamente às passadeiras em Nogueira, iremos proceder à colocação de uma lombas que já foi pedida. Naturalmente, iremos pedir aos CTT para melhorar os seus serviços. Quanto à senhora deputada Beatriz Soares, eu quero pedir-lhe imensa desculpa porque a culpa foi toda minha. De facto, a senhora deputada chegou um pouco mais tarde e eu coloquei no Facebook e, depois, acrescentei o seu nome. Eu tirei-lhe duas fotografias, mas eu sinceramente não sei o que é que se passou com as fotografias que não apareceram aqui. A culpa é inteiramente minha. Eu devia ter-lhe telefonado, mas também me passou. Peço imensa desculpa. Não se volta a repetir.-----

Ricardo Silva – Boa tarde, senhor Presidente da Mesa. Senhores secretários, senhores membros da Mesa, senhor Presidente da Câmara Municipal, senhores vereadores. Esta minha intervenção não vai ser fácil, mas vou tentar ser o mais polido possível. Vou tentar responder de uma forma polida ao senhor membro que veio aqui falar da minha pessoa e vou responder da forma mais polida possível, não sendo muito fácil, mas vou tentar. Senhor David Alves, o senhor para falar da minha mãe devia considerar muito bem o que fez, mas eu também não vou fazer e nem vou descer ao seu nível. Tenho pena de alguém eleito por um partido que tenha uma declaração destas numa Assembleia Municipal. Acho que o Partido Socialista não se revê nesse seu comportamento. Espero que o Partido Socialista tenha um comportamento público de repudia do seu comportamento de hoje. Repito, todos os membros do Partido Socialista que não tenham um comportamento

público do seu comportamento, do seu repúdio, estão a embarcar no mesmo comportamento que o senhor teve aqui hoje. A minha intervenção é emotiva porque eu queria dizer muito mais. O senhor merecia que eu lhe dissesse muito mais, mas eu não vou dizer. O senhor tenha um comportamento digno de alguém que foi eleito, pelos Severenses, para um cargo público e o senhor, hoje, não teve um comportamento desses. Vou dizer-lhe uma última coisa. Este concelho está na situação que está por pessoas como o senhor. Este concelho podia estar muito melhor e não está por pessoas como o senhor.---

Paulo Lourenço – Senhor Presidente da Mesa e restantes membros, senhor Presidente da Câmara, senhoras vereadora e senhores vereadores, senhoras Presidentas e senhores Presidentes de Junta, membros, entidades e público. Eu não me vou alongar muito. É só mesmo para fazer três perguntas. Ao passar na vila, quem vira para a Rua da Póvoa, deparei lá com um caixote, que nem vou designar se é ou não estético, se fica bem ou não com a paisagem. Eu só pergunto se aquilo é uma implantação de que a Câmara tem conhecimento. Se tem, quem emitiu aquele alvará, aquela indicação, porque a caixota está quase em cima do passeio. Traz dois problemas. Primeiro, tapa a visibilidade de quem sai da Rua da Póvoa do Meio e, em seguida, aquilo dá quase para entrar do passeio para dentro diretamente quem for abrir a porta. Será que não há outra localização para aquela caixota?

António Dias – Obrigado, senhor Presidente. Antes de mais, cumprimentos ao senhor Presidente da Assembleia, Mesa da Assembleia, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores Presidentes de Junta, senhores membros da Assembleia, senhores jornalistas, minhas senhoras e meus senhores. Eu venho aqui apenas dar as boas-vindas ao novo executivo, desejar-lhes sorte e, acima de tudo, que cumpram o máximo que puderem do que prometeram. Da parte da Junta de Freguesia de Talhadas, como sabem, o senhor Presidente da Câmara e o restante executivo, terão sempre a Junta do dispor e, por isso, espero que não desanquem tanto a Junta de Talhadas como as outras Juntas e, no fundo, que trabalhem o máximo que puderem pelo concelho. Boa sorte.-----

Presidente da Câmara Municipal – Para um esclarecimento mais profundo, passo a palavra ao senhor Vice-Presidente Paulo Nogueira.-----

Paulo Nogueira – Muito boa tarde a todos. Cumprimentos ao Presidente da Assembleia, aos vereadores e ao senhor Presidente da Câmara. Relativamente ao PT colocado na Rua da Póvoa do Meio, a Câmara Municipal, através da minha pessoa, já efetuou as diligências necessárias para procedermos à correção do PT que lá se encontra instalado, pelo que deixará de ser problema em breve, apesar de depois de solicitado aos serviços da E-REDES não ter havido um planeamento antecipado sobre as consequências que iam advir da colocação do PT naquela zona, mas estamos em fase de resolução desse problema. relativamente à AdRA, e à colocação nas ruas de Pessegueiro, obviamente todos nós sabemos os constrangimentos que isso provoca aos habitantes dessas ruas, temos todos que compreender que é um bem necessário. Temos a obrigação de diminuir esses constrangimentos. É o que nós estamos a fazer. Recordo o que o senhor Presidente disse há pouco, tínhamos ruas com uma intervenção deficitária há mais de seis meses, mas só para terem uma ideia, e recordo que a obra é da responsabilidade da AdRA e não do Município. Nós já intervimos em várias ruas, nomeadamente na Rua da Pêdra, na Rua da ACRPV, na Rua da Antiga Escola da Feira Nova, na Travessa do Constantino e na Rua do Sobral de Baixo. Na última quarta-feira, iniciou-se a intervenção na Rua do Chão D'Além que continuará nos próximos dias. Como sabem, é difícil a Câmara Municipal intervir numa obra da qual não é proprietária, portanto, temos feito todas as diligências, temos tido reuniões todas as quartas-feiras nas quais eu tenho estado sempre presente para efetuar a pressão e exigência necessária para que as obras decorram a um bom ritmo e, mais uma vez, diminuam os constrangimentos que são colocados aos habitantes que residem nessas mesmas ruas, pelo que continuaremos atentos e a fazer as diligências para que isso aconteça.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Não havendo mais inscrições, não darei por encerrado este ponto sem antes dar, eu próprio, um esclarecimento à senhora deputada

Renata Marques que, de facto, a advertência eu que fiz, na última reunião, é para todos porque isso é o que resulta do Regimento. Eu limitei-me a transmitir o que está no Regimento. Dito isto, e passando à Ordem do Dia, queria, antes de mais, colocar à vossa apreciação um aditamento e uma pequena alteração à Ordem de Trabalhos, nomeadamente o ponto 3.9 Orçamento Municipal que, por lapso dos serviços, que eu próprio também não verifiquei, deveria estar subdividido e ter o que se propõe é o ponto 3.9.1 Orçamento Municipal de 2022, apreciação e votação e um segundo ponto que é o 3.9.2 Regulamento de Execução Orçamental, apreciação e votação. Antes de passar à outra alteração, que eu vou já indicar que é relativamente ao ponto 3.12.2 Acompanhamento do Processo dos Danos Causados com a Cheia de 2019, no Rio Vouga, a alteração é apenas aditar aqui “e outros impactos”. Estas alterações surgiram, também, da reunião dos grupos municipais que tivemos antes desta reunião e que eu iria colocar à apreciação da Assembleia estas duas alterações.-----

Colocado à votação, foi aprovada, por unanimidade, a alteração à Ordem de Trabalhos.----

----- **Ordem do Dia** -----

1.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal: - O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

Presidente da Câmara Municipal – Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da Mesa, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais, senhoras e senhores Presidentes de Junta, público presente e comunicação social, a todos uma boa tarde. Esta trata-se da minha primeira informação escrita na qualidade de Presidente da Câmara Municipal. Procurei destacar os pontos que me pareceram mais relevantes neste período, sendo muito importante a informação dos nossos serviços e que também está em anexo. No futuro, contamos que a informação dos serviços seja elaborada de acordo com os mesmos critérios e uniformidade de modo a facilitar a vossa apreciação. Assim, remeto para a informação escrita apresentada.-----

O Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra a Sérgio Silva.-----

Sérgio Silva – Muito boa tarde, mais uma vez. Senhor Presidente da Câmara, não posso, nesta oportunidade, e atendendo à falta de informação nesta comunicação escrita, deixar uma palavra de estupefação relativa às cartas registadas, enviadas por esta Câmara, aos cidadãos do concelho de Sever do Vouga a dar-lhes um prazo de dez dias para pagarem dívidas de taxas de resíduos sólidos urbanos acumulados, em alguns casos, desde 2009. Antes de receberem o postal de Natal, os Severenses dos territórios onde nem água pública existe, foram confrontados, nos últimos dias, em alguns casos, com centenas de euros de taxas em atraso para pagarem. Dívidas estas referentes a faturas não cobradas por executivos anteriores e que, se bem me lembro, esta bancada parlamentar tanto criticava aqui, nesta Assembleia Municipal, a deficiente respetiva recolha de resíduos sólidos urbanos, que anteriormente era feita, e agora, esta Câmara, também cor de laranja, vem cobrar serviços que nem sequer foram prestados. A negligência grave dos executivos anteriores, que nos trouxe até este ponto, ao invés de ser julgada, foi resolvida com o envio de uma prenda de Natal antecipada aos mais vulneráveis. Para além desta ser uma opinião política, deixo à vossa consideração o parecer da provedoria de justiça relativa à prescrição de dívidas às autarquias locais, de taxas de gestão de resíduos sólidos urbanos, que diz que o prazo de caducidade é de seis meses de acordo ainda com a Lei n.º 23/1996 de 26 de julho, o que indicia a ilegalidade destas cobranças. Neste sentido, o dinheiro destas cartas, que me chegou às mãos, será devolvido às pessoas e estas cartas serão devolvidas à Câmara Municipal. Para terminar, quero apenas dizer que, para além de falta de dignidade política e falta de boa-fé, considero o envio destas cartas uma afronta aos Severenses de bem que, se não pagaram, foi porque nunca lhes terão chegado às mãos em tempo útil.-----

Elga Martins – Excelentíssimo senhor Presidente desta Assembleia e restante mesa, excelentíssimo senhor Presidente e restante executivo, restantes membros desta Assembleia, público presente e a todos os restantes presentes que eu tenha sido omissa, as minhas saudações. Sendo esta a minha primeira intervenção nesta Assembleia, começo

por dar os parabéns ao executivo eleito e aos membros eleitos ou reeleitos desta Assembleia. Votos para um bom trabalho e sucesso porque a sorte conquista-se. Tendo em conta a comunicação escrita do senhor Presidente, solicito um esclarecimento sobre a situação da estrada das Cambas, sendo esta via mais conhecida como estrada Silva Escura a Dornelas. Uma via primordial na ligação entre as duas freguesias desta união de freguesias. O seu estado, ou o estado em que se encontra, é parado e a degradação provocada pela chuva está na ordem do dia da preocupação dos fregueses que represento. Solicito, então, senhor Presidente desta Assembleia, e desde já informando que permito, caso o pretenda, e de forma a agilizar o processo, que o senhor Presidente do Município, se o assim considerar correto, responda verbalmente e não por escrito nos 30 dias subsequentes à minha pergunta, permitindo essa resposta oral, questiono, em nome dos Silvaescurenses e Dornelenses, a situação em que se encontra a estrada das Cambas, questiono para quando o início e, principalmente, o término desta obra.-----

António Monteiro – Muito obrigado. Senhor Presidente da Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores membros da Assembleia Municipal, Presidentes de Junta, público aqui presente. A informação escrita é aquilo que consiste, no fundo, num relatório, sensivelmente trimestral, daquilo que são as atividades desenvolvidas pelo Município. E nós estamos, neste momento, em dezembro com uma Câmara que tomou posse em meados de outubro e registámos o esforço que já foi feito neste primeiro instrumento para tentar melhorar a informação que é dada à Assembleia. Eu bem me lembro daquilo que foi a primeira informação escrita que tive oportunidade de analisar no mandato anterior. A informação financeira estava lá, quanto ao resto praticamente nada. Não nos era, sequer, permitido saber o que estava a ser feito, o que não estava a ser feito, o que estava a correr bem, o que estava a correr menos bem e a informação escrita serve, exatamente, para nós podermos acompanhar isso. Eu recordo-me, como até com alguma piada foi dito aqui, e eu vou tentar repeti-lo, que é que nós sabemos que os tribunais andam devagar, mas não é normal que um processo esteja em contestação, porque os prazos para contestação são curtos, têm um prazo inferior ao das informações escritas, que um processo esteja em contestação três informações escritas seguidas porque isso não é possível pela lei. Aquilo que nós temos a responsabilidade enquanto Assembleia Municipal de exigir à Câmara é que nos vá fornecendo esta informação atualizada. Mas, com toda a franqueza, na primeira informação escrita há que dar o mínimo do benefício da dúvida. Estamos na primeira informação de uma nova Câmara ao fim de 30 anos das mesmas pessoas a governarem. A própria estrutura da informação escrita pode ser melhorada. Pode haver, com toda a certeza, sempre melhorias. Convém que não se venha aqui exigir, neste mandato, na primeira informação escrita, aquilo que muitas pessoas não exigiram ao longo de anos. Quanto àquilo que é a situação das empreitadas, é evidente que o CDS está preocupado, antes de tudo o mais, porque essas empreitadas foram uma condição dos partidos da oposição, na altura, para que fosse aprovado o orçamento. Essas obras foram compromissos assumidos pela anterior Câmara com a oposição. A responsabilidade por essas obras serem executadas dentro dos prazos com que se comprometeram com a oposição para ter o orçamento aprovado, é, antes de tudo o mais, a responsabilidade do executivo anterior e se não as executou, tem que assumir essa responsabilidade. Eu diria, até, para não estarmos sempre a voltar ao mesmo assunto, e o povo julgou e decidiu mudar a maioria. Sabemos que caberá à nova Câmara completar aquilo que foram exigências dos partidos que agora compõem e que, infelizmente, não foram concretizadas no calendário que deviam ter sido feitas. Sabemos que isso vai pesar sobre a nova Câmara e essas obras, como alguém disse, uma vez, as obras não devem ser de quem as inaugura, as obras devem ser de quem as paga e vai ser esta Câmara que vai ter que completar aquilo que a anterior Câmara se comprometeu e não conseguiu concretizar. E aí, digo-vos, com toda a franqueza, na primeira informação escrita nós teremos, como é evidente, que sublinhar este ponto que acho que é um ponto fundamental para, quando partimos para um novo mandato, sabemos ver as coisas e sabemos que há

responsabilidades. Mas, não se podem imputar à nova Câmara as responsabilidades da anterior. Cá estaremos para fiscalizar as informações escritas, para fiscalizar a atividade desta Câmara, mas eu não faço como alguns fazem. Há uns que chamam a troika e depois dizem que foram os outros que chamaram a troika a seguir e que vieram resolver o problema. Isso não fazemos nem aceitamos. Estaremos vigilantes exatamente para chamar à atenção que isso é inaceitável. De repente, ficarem desmemoriados do que se passara nos 30 anos anteriores.-----

Pedro Mendes – Muito obrigado. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhoras vereadoras, senhores vereadores, senhoras deputadas municipais, senhores deputados municipais, restante público, comunicação social. Uma intervenção muito curta relativamente à avaliação que fiz da informação escrita e eu acompanho e concordo com a intervenção do meu colega António Carlos Monteiro no que diz respeito às obras que, no fundo, estão em causa por este executivo ou para este executivo que tomou agora posse. Eu fui uma das principais pessoas nesta Assembleia Municipal a questionar, várias vezes, prazos de execução. A questionar, várias vezes, se aquilo que eram as datas e aquilo que eram os prazos estipulados pelo executivo anterior iam ser mesmo cumpridos e aquilo que se verificou é que não foram. Este executivo é jovem. Está a iniciar, neste momento, funções. Máxima confiança no seu processo de planeamento. Eu creio que a informação escrita diz muito daquilo que pode ser este executivo. Um executivo profissional com pessoas profissionais a quem eu desejo as maiores felicidades neste mandato. Muito obrigado.-----

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para responder às intervenções.-----

Presidente da Câmara Municipal – Muito obrigado, senhor Presidente. Respondendo ao senhor Presidente de Junta, Sérgio Silva, de facto, não era assim que eu gostaria de começar o meu mandato. Acho que toda a gente percebe isso. Mas, quando nos apercebemos que havia mais de cem mil euros de taxas de resíduos sólidos urbanos por cobrar, nós tínhamos duas hipóteses. Ou metíamos para debaixo do tapete, ou assumíamos as responsabilidades que temos. É que, ser Presidente da Câmara não é apenas estar nas inaugurações, não é apenas dar os bons dias aos munícipes. Muitas vezes, também temos que mandar estas informações menos agradáveis. Quero dizer-lhe, senhor Presidente de Junta, que eu fiz questão de ser eu a assinar as primeiras cartas e a dar a cara por isso. Hoje, tive que delegar, no senhor Diretor de Departamento, por impossibilidade de tempo porque eram, de facto, muitas cartas. Respondendo, agora, à senhora Presidente de Junta, Elga Martins, sobre a estrada de Silva Escura e Dornelas, se fosse só esta obra, nós estaríamos muito bem. O problema é que todas as obras que nos deixaram estão empancadas em algum sítio. No caso da estrada de Silva Escura e Dornelas, está a ser alvo de uma auditoria para perceber problemas que existem na obra, nomeadamente com o traçado, medições, trabalhos a mais que existiam em quase todas as obras no caso de muros de valores muito elevados, na casa dos cem mil euros, que nos surpreendeu também. Neste momento, aquilo que estamos a fazer é recolher elementos para a abertura de procedimento para a conclusão da obra e verificação dos trabalhos executados. Há, ainda, no caso particular desta obra, queixas de vários proprietários que foram invadidos os terrenos sem conhecimento e sem compra do terreno. Temos que resolver isso. Mas, infelizmente, é uma coisa que vai demorar algum tempo. Para concluir, senhor Presidente de Junta, Sérgio Silva, aquilo quem mais me surpreendeu é que os Severenses, a maior parte deles, vieram pagar e disseram-me a mim, pessoalmente, que ainda não tinham pago, porque não tinham recebido a carta para pagar. Mostra bem a resiliência das pessoas e, desde já, o meu agradecimento público pela forma como encararam esta situação e o meu pedido de desculpas, mas era a minha obrigação fazer isto.-----

Diana Paiva – Renovo os cumprimentos. Já aqui foi bastante propalado que, efetivamente, esta informação escrita está bastante melhorada e a informação atualizada. Realmente, não se percebia a informação dos processos judiciais ser constantemente a

mesma. Eu já não digo de informação escrita para informação escrita, mas de ano para ano, o que significa que tínhamos quatro informações escritas todos os anos e eram sempre as mesmas. Mas, em relação à informação escrita, senhor Presidente, não posso deixar de sublinhar, a propósito da intervenção da colega de bancada, que foi possível verificar que existem quatro obras auditadas que constam na informação escrita. Se fosse possível, gostaria que nos esclarecesse quais as obras e o motivo dessa auditoria.-----

Presidente da Câmara Municipal – São quatro obras que nós entendemos que havia dúvidas acerca dos procedimentos e a execução da obra e, como tal, estão a ser auditadas. No caso do Largo de São Mateus, é uma delas, está suspensa desde o dia 8 de outubro, ou seja, ainda antes de nós tomarmos posse, com um projeto que, claramente, não é do agrado da maior parte dos fregueses e que terá que ser reavaliado. No caso da estrada de Silva Escura e Dornelas, já foi especificado. No caso das piscinas municipais, foi com total perplexidade que tomamos conhecimento de, num projeto de quase quinhentos mil euros, com o título Eficiência Energética, não ter sido tida em conta a cobertura e, logo na segunda semana, terem-nos informado de que iríamos ter que substituir a cobertura. Eu entendi que o projeto teria que ser reavaliado e percebido. No caso da frente ribeirinha de Pessegueiro do Vouga, é uma análise normal, nomeadamente medições. Estas não serão as únicas obras auditadas. Sempre que nós tivermos dúvidas acerca de uma obra, nós iremos fazer uma auditoria. Uma delas que, certamente, será auditada, é o Centro Escolar de Sever do Vouga que, como sabem, é uma obra que ultrapassou, em 430 dias, o prazo de execução da obra inicial que era de 600 dias. É uma obra que, a nível de trabalhos a mais, foram realizados, ainda durante o decorrer da obra, no valor de duzentos e cinquenta mil euros. Segundo a própria fiscalização, sem consulta de mercado e por valores muito acima do valor do mercado. A própria fiscalização só concordou com a realização destes trabalhos a mais desde que não dessem origem a prorrogação de prazos, pois no final da conclusão da obra o empreiteiro solicitou, baseado nestes trabalhos a mais, prorrogação de prazo e foi-lhes dado. Para além disso, muito depois da conclusão da obra, na última reunião do ano passado, no dia 27 de dezembro, fomos surpreendidos com mais cerca de cento e cinquenta mil euros, se não me engano, de trabalhos a mais de algumas obras que terão sido feitas, portanto, é uma das obras que, certamente, será auditada a que se somam, naturalmente, uma série de patologias que existem no local e que podem ser visíveis por todos aqueles que visitam o Centro Escolar.-----

Antes de entrar no ponto 1.2 da Ordem de Trabalhos, Elga Silva ausentou-se da sala.-----

1.2 Taxas do IMI para 2022: - Foi apresentada a proposta da Câmara Municipal para a fixação das taxas do IMI a que referem as alíneas a) e c) do n.º 1, do artigo 112º, do Decreto-Lei n.º 287/2003, alterado pela Lei n.º 64/2008, de 5 de dezembro, para vigorarem no ano de 2022.-----

O Presidente da Assembleia Municipal abriu um período para intervenções, tendo sido registadas as seguintes:-----

João Oliveira – Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da mesa, senhores deputados, senhor Presidente da Câmara Municipal e restante executivo, caros senhores Presidentes de Junta, comunicação social, meus senhores, minhas senhoras, boa tarde. Benjamin Franklin, um dos pais da revolução americana, no século XVIII terá dito, um dia, que só existem duas certezas neste mundo: a morte e o pagamento de impostos. Uma máxima que podemos dizer que se mantém atual nos dias de hoje. No que diz respeito às taxas e impostos a pagar pelos Severenses, no próximo ano, que hoje vamos tratar nesta Assembleia, anúncio, desde já, que a bancada do PS votará favoravelmente as propostas apresentadas. Mantendo a nossa coerência, não podíamos ter outra atitude, pois as propostas apresentadas pelo atual executivo são exatamente iguais às do ano anterior que a bancada do PS viabilizou. Achamos, também, que as taxas e impostos propostos, não sendo perfeitas, são aceitáveis. No entanto, não podemos deixar de relevar que não se entende a nova postura dos eleitos do PSD e do CDS, pois enquanto oposição, durante a anterior legislatura, sempre defenderam acerrimamente que estas taxas

e impostos deviam ser sempre mais reduzidas do que o anterior executivo propunha com o argumento de que tal permitiria fixar mais pessoas no nosso concelho e agora, que estão no poder, e têm oportunidade de o fazer, não o fazem. É esta a coerência com que o PSD e o CDS brindam os Severenses. Vós, tal como bem apregoava Frei Tomás, seguem o “olha para o que ele diz, não olhes para o que ele faz”. A bancada do PS será diferente e, nesta legislatura, queremos ser uma oposição construtiva, sempre focados no bem-estar e na melhoria da qualidade de vida dos Severenses e no desenvolvimento social, económico, cultural e ambiental do nosso concelho. Termino desejando as maiores felicidades ao novo executivo e boas festas e um bom novo ano a todos os presentes, familiares e amigos. Obrigado.-----

António Monteiro – Muito obrigado, senhor Presidente da Mesa, senhor Presidente da Câmara. Com toda a franqueza, não pensava vir aqui intervir, mas tive que vir porque, realmente, esta intervenção anterior é, no mínimo, incompreensível porque, quando, há pouco, nós falámos daquilo que teria sido possível conseguir fazer por consenso e chamámos, até, à atenção para aquilo que tinham sido as obras que tinham sido exigidas pela oposição e que tinham levado a que um orçamento, que tinha sido chumbado, tivesse sido aprovado, esse acordo foi um acordo amplo. É evidente que, todos nós, gostaríamos que os impostos fossem mais baixos, mas a verdade é esta, é que foi acordado entre todos os partidos, a baixa da taxa do IRS, que os senhores nunca quiseram, mas cederam. Foi acordado, entre todos os partidos, a baixa da derrama que o PSD pediu, que os senhores não queriam dar e acabaram por dar e, para nós, palavra dada é palavra honrada. Estes foram os valores a que chegámos por acordo entre todos os partidos. Estes são os valores que nós todos acordámos, aqui, nesta Assembleia Municipal. Portanto, não estaria, com toda a certeza, à espera que, no primeiro ano de mandato em que todos nós acordámos, aliás, nos orçamentos anteriores em relação a estes mesmos valores, que viéssemos aqui e rasgássemos tudo, de repente, e pudéssemos fazer um orçamento base zero. Ainda há pouco eu chamei a atenção que aquilo que está em causa, neste momento, é completar aquilo que os senhores comprometeram a fazer quando governavam a Câmara e não fizeram. Não conseguiram completar. Não conseguiram cumprir com a palavra que nos deram a nós. E nós estamos, exatamente, perante os Severenses a assumir os compromissos que os senhores não conseguiram cumprir, com as mesmas regras que tinham sido acordadas convosco. Foram estas as taxas que foram acordadas. Com estas taxas os senhores disseram que era possível fazer aquelas obras, financiar o orçamento e fazer aquelas obras. Como é que querem que, agora, vos dê mais explicações? As obras estão feitas? Concluíram as obras que comprometeram connosco? Não. Então, o que se está a fazer é a completar aquilo que foi acordado nesta Assembleia Municipal entre todos os partidos e que, infelizmente, os senhores não foram capazes e os Severenses escolheram quem vai ser capaz de vir a fazer aquilo que os senhores não conseguiram fazer.-----

Renata Marques – Boa tarde a todos. Eu também não estava à espera de vir intervir neste ponto. De qualquer maneira, penso que o Dr. Carlos está equivocado porque o ponto é sobre os impostos e não sobre as obras. Não aceito o sermão que nos deu porque o que nós dissemos foi que, aliás, o que o senhor engenheiro disse, foi que vamos aprovar o orçamento porque o imposto é igual às taxas que nós tínhamos definido anteriormente e que estavam acordadas entre todos. Ponto.-----

Diana Paiva – Muito obrigada, senhor Presidente. Também não estava programado eu vir intervir, não tinha nada preparado, mas não pude deixar de reparar e tenho que usar de alguma ironia e assumo que, por não ter estado nas sessões da Assembleia do anterior mandato, não ter tido noção das negociações que existiram e da necessidade, como bem disse, do PS viabilizar, porque a proposta não foi do PS, era recusada constantemente. Quanto às taxas, se quiser a taxa do IMI mais baixa provavelmente terá que pedir ao governo que está em funções, por enquanto, que desça, porque a taxa do IMI está no seu valor mínimo. Quanto à derrama, teremos que passar para valores negativos, ou seja, o Município pagar às empresas para se instalarem cá, sobre o seu lucro, porque está no

mínimo. Portanto, os valores que temos são os valores mínimos que todos nós acordamos e que chegamos à conclusão que seria possível o Município trabalhar com esses valores e executar o seu trabalho. Muito obrigada.-----

Para cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi aprovada, por unanimidade, pelos vinte e sete membros presentes, a proposta apresentada pela Câmara Municipal, destinada à fixação das taxas do IMI a que referem as alíneas a) e c) do n.º 1, do artigo 112º, do Decreto-Lei n.º 287/2003, alterado pela Lei n.º 64/2008, de 5 de dezembro, para vigorarem no ano de 2022:-----

a) Prédios rústicos: 0,8% (Fixa); -----

b) Prédios urbanos: 0,3%.-----

Elga Silva não participou nesta votação, por encontrar-se ausente.-----

1.3 Taxas do IMI para 2022 – Redução por Agregado Familiar: - Em complemento da proposta para fixação das taxas do IMI para 2022, e para efeitos do previsto no art.º 112-Aº do Código do IMI, foi elaborada uma proposta para redução das taxas que irão incidir sobre os imóveis destinados a habitação própria dos agregados familiares do concelho de Sever do Vouga que possuam dependentes a cargo e o domicílio fiscal do proprietário seja igual à localização daquele imóvel nos seguintes termos:-----

Número de dependentes a cargo	Dedução fixa (em €)
1	20
2	40
3	70

A proposta de redução do IMI, por agregado familiar, para 2022, foi aprovada, por unanimidade, pelos vinte e sete membros presentes.-----

Elga Silva não participou nesta votação, por encontrar-se ausente.-----

1.4 Taxa Municipal de Direitos de Passagem para 2022: - Para efeitos do previsto no n.º 2, do artigo 123º da Lei das Comunicações Eletrónicas, publicado no Diário da República n.º 230, de 29 de setembro, foi aprovada, por unanimidade, com vinte e sete votos a favor dos membros presentes, a proposta apresentada pela Câmara Municipal, de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem no valor de 0,25% para 2022.-----

Elga Silva não participou nesta votação, por encontrar-se ausente.-----

1.5 Participação Variável no IRS para 2022: - Ao abrigo do artigo 26º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o órgão deliberativo analisou a proposta apresentada pela Câmara Municipal para fixar a participação variável do IRS em 2,5%.-----

O presidente da Assembleia Municipal abriu um período de intervenções, tendo sido registadas as seguintes:-----

Sérgio Silva – Boa tarde, mais uma vez. Só uma nota prévia. Senhor Presidente da Câmara, se eu fosse Presidente da Câmara, garanto-lhe que não mandaria para debaixo do tapete as multas acumuladas, ou as taxas acumuladas que os cidadãos de Sever do Vouga têm e também lhe garanto...-----

Presidente da Assembleia Municipal – Senhor Presidente da Junta, não é este tema que estamos a debater.-----

Sérgio Silva – Eu não quis intervir há bocado, mas garanto-lhe que resolveria de outra forma, mas não colocaria os Severenses de bem a pagarem estas taxas. Mas, foquemo-nos aqui no ponto. Importa, neste ponto, referir alguns acontecimentos históricos relativos à participação variável do IRS no concelho de Sever do Vouga. Há já vários anos que os municípios podem abdicar de uma parte ou da totalidade dos 5% de IRS a que têm direito a favor dos cidadãos. Contudo, e até ao final de 2017, sempre que eu vinha aqui falar do assunto, o mesmo parecia tabu. Com a chegada deste CDS, a esta Assembleia, o assunto deixou de ser tabu para passar a ser um braço de ferro entre PS e CDS. O PS insistia em manter a taxa nos 5% e o CDS queria baixá-la para os 3%, mas sempre sem sucesso. Passado mais um ano, e com o CDS a ganhar força, já com a proposta de 5% chumbada nesta Assembleia, lá se conseguiu baixar a taxa para os 4%, mas o CDS insistia em baixar, ainda mais, para os 3%. Mais um ano, e o PS descia de 4% para 3,5% e o CDS insistia nos

3%. Paralelamente, o PSD começava a ver que o caminho era a descida deste imposto e, como começava a cheirar a eleições, lá entraram no barco e sugeriram uma descida gradual da taxa, que nunca definiram o que é que queriam concretamente. Até que, no último ano, o PS queria baixas para os 3% que o CDS tanto queria, mas o CDS agora queria para os 2,5%. Lá pelo meio, o PS ia dizendo que aquele imposto era muito importante para equilibrar as contas do Município, mas esquecia-se de cobrar a outra taxa – a dos resíduos sólidos urbanos. Chegados aqui, o Município fica com 2,5% e os Severenses ficam com outros 2,5% e, afinal, já mais ninguém quer abaixamentos nem subidas da taxa de participação variável do IRS e viramos, agora, para outras taxas para o povo e para os que não têm voz.-----

O Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta da Câmara Municipal à votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria, com o seguinte resultado:-----

Vinte e seis votos a favor – Alexandre Rocha, Almiro Machado, Ana Tavares, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, António Dias, Beatriz Soares, Cláudia Cruz, David Alves, Diana Paiva, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, Isabel Tavares, João Oliveira, José Sousa, José Lemos, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Maria Pereira, Patrícia Santos, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Renata Marques, Sandra Pereira e Tânia Pinheiro.-----

Uma abstenção – Sérgio Silva.-----

Elga Silva não participou nesta votação, por encontrar-se ausente.-----

1.6 Derrama para 2022: - Foi presente e analisada a proposta apresentada pela Câmara Municipal, nos termos dos n.ºs 1 e 4 do artigo 18º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, para a aplicação das seguintes taxas para a cobrança da Derrama em 2022:-----

- a) 0% sobre o lucro tributável até os € 150 000,00 sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC);-----
- b) 0,385% sobre o lucro tributável que exceda os € 150 000,00 sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC).-----

Foi aberto, pelo Presidente da Assembleia Municipal, um período de intervenção.-----

David Alves – Renovo os votos a todos os presentes. A derrama, como sabem, é um imposto que incide sobre as empresas e que a taxa pode ser de um valor máximo de 1,5% ou zero. Tem vindo a diminuir. A taxa deste ano é igual à do ano passado. A bancada PS vai votar a favor em virtude de se manter a taxa. No entanto, eu, pessoalmente, não sou de acordo que a taxa da derrama, que incide sobre os lucros das empresas, esteja no valor que está. Eu sou apologista que a taxa da derrama é um imposto extraordinário que a Câmara pode ter. Acharia, no meu entender, que 1% seria um valor razoável apenas porque esse 1% incide sobre os resultados de uma empresa. Uma empresa que tenha cem mil euros de resultado pagará, na teoria, vinte e um mil euros de IRC ao Estado e pagaria ao Município mil euros. Considero que tendo um resultado desses seria lógico e normal que as empresas, porque utilizam os meios do Município, beneficiam muitas vezes de todas as melhorias em zonas industriais, seria justo, para mim, que pagassem um valor de 1%. A taxa está a 0,75%. Eu aceito a decisão da bancada, mas considero que o Município e todas as bancadas deviam ponderar que não é baixar os impostos ou as receitas de uma forma genérica que depois se consegue pagar despesa. Eu gosto mais de ver que as receitas sejam justas em termos de orçamento e depois, na despesa se aplique o valor dessa receita de uma forma mais incisiva e direta.-----

O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal, tendo o órgão deliberativo aprovado, por unanimidade, com vinte e sete votos a favor, as taxas para a cobrança da Derrama em 2022.-----

Elga Silva não participou nesta votação, por encontrar-se ausente.-----

1.7 Desafetação do Estacionamento Público ao lado do Edifício dos Paços do Concelho: -

Foi presente uma proposta da Câmara Municipal para a desafetação do estacionamento público, localizado junto do edifício dos Paços do Concelho, e a sua afetação ao domínio privado do município, para que seja possível reservar aquele espaço para as viaturas pertencentes ao município.-----

O Presidente da Assembleia Municipal abriu um período para intervenções, tendo sido registadas as seguintes:-----

Presidente da Câmara Municipal – No âmbito da organização da Câmara Municipal, que iniciamos quando tomamos posse no final de outubro deste ano, entendemos ser necessário para além da vertente organizacional organizarmos, também, a parte logística da Câmara. Como é do conhecimento dos munícipes, os veículos da Câmara Municipal são estacionados de uma forma dispersa ao longo de toda a vila. Esta prática impossibilita sabermos, muitas vezes, onde estão os veículos, quantos veículos temos disponíveis, chegando-se a situações em que os próprios funcionários têm necessidade de utilizar um veículo e, apesar de haver veículos disponíveis, eles não os encontrarem. Esta situação agravou-se neste mandato pelo facto de os funcionários e vereadores não levarem os veículos à noite para as suas casas. Entendemos, por isso, que o estacionamento ao lado da Câmara deve ser de uso exclusivo dos veículos da Câmara Municipal. Não se trata de utilizar o estacionamento para os veículos próprios dos funcionários, dos vereadores, do Presidente, mas exclusivamente para os veículos da Câmara Municipal. Quero, também, deixar muito claro que não se diminuem os lugares de estacionamento da vila. Os veículos da Câmara deixam apenas de estar dispersos para ficarem concentrados num único local de forma organizada. Existe um lugar de estacionamento de deficientes, neste estacionamento, que passará para o estacionamento do lago. Situações particulares de munícipes tentaremos resolver caso a caso.-----

Renata Marques – Relativamente a este ponto “Desafetação do Estacionamento Público ao lado do Edifício dos Paços do Concelho”, obviamente que votaremos contra. E apelo ao senhor presidente desta Assembleia Municipal e ao executivo que este ponto seja adiado. Parece-me que o executivo ainda não teve tempo para analisar e avaliar este assunto. Nem de exercitar a política de proximidade que tanto proclama. O executivo reuniu, e muito bem, a opinião dos comerciantes sobre a festa de Natal. Sugiro, agora, que reúna os comerciantes e moradores da Rua do Comércio antes de lhes tirar o estacionamento, que não abunda, e que tanto lhes faz falta. É incompreensível, como é que um executivo tão jovem, pretende retirar estacionamento aos moradores e comerciantes desta rua com a desculpa de querer reunir as viaturas. Eu gostaria de saber porque é que não as reúnem nas garagens que o Município tem por cima do museu? Ou no parque da biblioteca? Não é assim tão longe, os funcionários da camara não tem mobilidade reduzida, e até seria saudável. Bem sei que é ótimo ter estacionamento privativo ao lado do trabalho, mas o executivo foi eleito para servir os munícipes e nunca os munícipes a camara. A Rua do comércio, assim como o nome induz, tem comércio. E como nenhum de nós não esquece, passamos recentemente por dois confinamentos. Sei, por experiência própria que é difícilimo aguentar umas portas abertas, com poucas ajudas, e as contas todos os meses para pagar. Já para não falar na crise e o medo pela qual passamos, e que os comerciantes sentem ainda mais. O Comércio deve ser auxiliado, devem haver estratégias de apoio para que todos possamos superar esta fase menos boa. Retirar estacionamentos, a quem já tem poucos, não me parece nada ser uma boa, nem sequer estudada, estratégia. Porque, para além deste parque, existem cinco lugares de estacionamento situados do outro lado, perto do elevador, e desses cinco, a Farmácia Martins que dispõe de dois lugares. Um é reservado a pessoas com reduzida mobilidade, mas existe mais do que uma pessoa com mobilidade reduzida nessa rua, ou seja, só uma é que pode estacionar perto de casa, portanto, só sobram dois lugares para todos os moradores da rua e comércio. Para além de que este parque ainda facilita o acesso a pessoas com mobilidade reduzida porque não precisam de subir escadas. Esta rua é das pessoas, e são a estas pessoas que esta desafetação vai prejudicar. Desta maneira apelo ao bom senso e até à boa vontade de vocês todos, senhores deputados que aqui estão até quem sabe com votos de pessoas desta Rua. Esta não é uma questão de cor política, é uma questão de prejudicar as pessoas que vivem connosco nesta pequena terra, em benefício de um executivo tão jovem que nem tem necessidade. Para além do mais, nesse parque já existe um lugar para a presidência.

Relembro-vos que a requalificação deste parque foi financiado com recurso a fundos comunitários que têm como filosofia a fruição pública. Por tudo isto, a bancada do PS entende que não é justo, por isso não votará favoravelmente. Obrigada pela vossa atenção.-
Diana Paiva – Muito obrigada, senhor Presidente. Acredito, conforme disse há pouco, que hajam decisões que tenham que ser tomadas e que não sejam do agrado de todos os munícipes. Em todo o caso, contrariamente ao que foi aqui transmitido e contrariamente, até, ao que disse o senhor Presidente, a vila não vai perder lugares. Os lugares que estavam a ser ocupados pelos veículos do Município vão passar a estar livres. Os veículos do Município vão estar concentrados num só lugar o que permite aos serviços agilizarem as suas deslocações, o que permite a que os serviços de segurança consigam melhor fazer o seu trabalho e verificar as condições em que os veículos se encontram. Se muito bem disse que a Rua do Comércio é dos comerciantes, é das pessoas, convém esclarecer, também, que foi o executivo do PS, e muito bem, que decidiu fazer obras naquela rua. No entanto, esqueceu-se que, naquela rua, também existem moradores que necessitam de estacionamento e fez a obra cortando lugares de estacionamento que, anteriormente, existiam. Estariam incorretos? Provavelmente até estariam, mas deixaram de lá ter lugar. Inclusivamente, os dois lugares que falou, não são dois, são três, porque cá atrás existe um outro destinado a cargas a descargas e à Farmácia Martins. A Farmácia Martins tem todo o valor, mas dois lugares, neste caso três lugares, retira, porventura, os lugares que mencionou que poderiam ser ocupados por outros munícipes. Não me parece válido o argumento. Acho que os serviços ficam mais bem organizados e, se repararmos bem, a maior parte das Câmaras Municipais tem o parque dos seus veículos ao lado do edifício central que é o local ideal. Acho que os munícipes não perdem lugares de estacionamento. É verdade que nem todos têm lugares sem pagar, mas continuam a ter os seus lugares e não me parece produtivo esse argumento. Muito obrigada.-----

Presidente da Câmara Municipal – Muito obrigado, senhor Presidente. Apenas um esclarecimento adicional. Nós não vamos retirar lugares de estacionamento, vamos apenas deslocalizar. Os lugares de estacionamento existentes na vila continuam a existir. Depois, estudaremos o caso dos munícipes caso a caso. Se houver necessidade, nomeadamente de munícipes com mobilidade reduzida nós vamos, naturalmente, ter isso em atenção e arranjar uma alternativa para isso. Só responder à senhora deputada municipal Renata Marques o motivo de não estacionarmos os veículos nas garagens. Nós não estacionamos os veículos nas garagens porque o anterior executivo entendeu que as garagens eram um bom sítio para o arquivo e as garagens estão a ser usadas como arquivo municipal, sem condições nenhuma, sujeitas a humidade até nós arranjarmos espaço noutra local que será, muito em breve, não é o local ideal, mas será muito breve serão relocados. Portanto, não é possível estacionar nas garagens. Relativamente ao estacionar junto à biblioteca, depois teríamos os funcionários a passar a maior parte do dia em deslocações entre a biblioteca e a Câmara Municipal. É uma decisão ponderada. Reconheço que não é uma decisão popular, como muitas das que eu tive que tomar. De facto, é sempre mais fácil dizer que sim do que dizer que não, mas na maior parte das vezes, dizer que sim não resolve as situações. Esta é uma decisão que, seguramente, melhorará a logística da Câmara e nos permitirá uma maior organização e permitirá, sobretudo, aos funcionários e colaboradores do Município poderem executar as suas funções com maior celeridade, rigor e profissionalismo. Muito obrigado.-----

Renata Marques – De facto, desconhecia que o arquivo estava no estacionamento da Câmara, mas então sugiro que limpem o arquivo, limpem as garagens e então reúnam as viaturas Municipais lá. Adianto que, do parque da biblioteca à Câmara são poucos metros. Não ia prejudicar ninguém. Não retiram estacionamento, mas vai ser bem mais longe de casa, portanto, quero que se lembre quando as suas filhas eram pequenas que é muito difícil e há muitas crianças nessa rua. Mas, vocês é que sabem. Lamento.-----

Presidente da Câmara Municipal – Eu ainda me lembro das minhas filhas serem pequenas. Elas ainda são pequenas. Eu percebo aquilo que diz e por isso é que eu digo

que nós iremos analisar caso a caso e não estamos aqui para prejudicar ninguém. Estamos aqui para ajudar. Relativamente ao arquivo, vamos, efetivamente, procurar limpar. Contudo, o arquivo não se localiza apenas nas garagens. Não sei se os senhores sabem, eu não sabia, um grande arquivo existe, precisamente, abaixo de nós, aqui no CAE. Estão todos convidados a vir ver o estado em que se encontra o arquivo Municipal. Aquilo que estamos, neste momento, a fazer é procurar uma localização alternativa para o arquivo. Não foi possível no espaço de tempo que tivemos, de dois meses. Agora, o que eu não quero é que se perca informação. Aliás, vamos falar sobre isso na questão do mapa de pessoal. Vamos ter um técnico de arquivo precisamente para que situações, como aquelas que estão a decorrer, que é ter um arquivo aberto onde toda a gente pode entrar, sem condições nenhuma de organização, sujeito a tudo o que é humidade, a destruírem-se documentos como acontece, por exemplo, nas garagens, não se voltem a repetir. Muito obrigado.-----

Pedro Mendes – Muito obrigado, senhor Presidente. Renovo os votos de há pouco. A minha intervenção é uma preocupação enquanto munícipe e creio que será a preocupação de todas as munições e todos os munições de Sever do Vouga perante o que eu ouvi aqui dizer nesta Assembleia. Eu creio que, relativamente àquilo que é o arquivo, a palavra não deve ser “limpem”. Senhor Presidente, aquilo que eu acho que devia fazer, neste momento, era fechar o arquivo e fazer uma análise do que lá está. Eu creio que todos nós tememos pela destruição de elementos nesse arquivo que possam ser importantes não apenas para este atual executivo, mas em relação a vários anos de executivo no passado. Muito obrigado.-----

O Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, tendo sido obtido o resultado seguinte:-----

Dezassete votos a favor – Alexandre Rocha, Almiro Machado, Ana Tavares, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, António Dias, Cláudia Cruz, Diana Paiva, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, Maria Pereira, Patrícia Santos, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Sandra Pereira e Tânia Pinheiro.-----

Sete votos contra – Beatriz Soares, David Alves, João Oliveira, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Renata Marques.-----

Três abstenções – Isabel Tavares, José Lemos e Sérgio Silva.-----

Elga Silva não participou nesta votação, por encontrar-se ausente.-----

1.8 Trabalhos de Auditoria de Procedimentos e Forense: - O órgão deliberativo tomou conhecimento da deliberação tomada pelo órgão executivo, na reunião de Câmara do dia 09 de dezembro de 2021, para a realização de uma auditoria externa de procedimentos e forense à Câmara Municipal de Sever do Vouga, no período correspondente ao último mandato autárquico de 2017-2021.-----

O Presidente da Assembleia Municipal abriu um período para intervenções, tendo sido registadas as seguintes:-----

Presidente da Câmara Municipal – As auditorias são um instrumento complementar de supervisão que visam confirmar o cumprimento rigoroso das matérias que se inscrevem nas competências. Constatamos a inexistência de um plano anual de auditoria na Câmara Municipal, bem como a ausência da realização de auditoria interna. Fomos confrontados, neste início de mandato, com situações complexas relacionadas, alegadamente, com a falta de cumprimento de procedimentos em áreas-chave para a Câmara Municipal. Para uma excelente organização e estruturação dos serviços, é essencial conhecer, com rigor, os procedimentos, identificar eventuais falhas e adotar procedimentos de melhoria. Urge identificar e corrigir eventuais irregularidades de modo a prevenir os interesses do Município evitando constrangimentos futuros e inesperados. É urgente e fundamental realizar uma auditoria externa forense e de procedimentos à Câmara Municipal de Sever do Vouga. De acordo com as boas práticas os serviços que impliquem interpretação e enquadramento legal de quaisquer contratos, documentos ou situações de facto ou de identificação e análise de potenciais aspetos de carácter legal que devam ser salvaguardados

têm que ser prestados por advogados. Inversamente, temos de carácter económico-financeiro ou organizacional deverão ser analisados por consultores com experiência nessas matérias. Nessa medida, e sem prejuízo das sinergias a obter por um trabalho coordenado entre os assessores jurídicos e os demais consultores, é necessária a realização de uma auditoria externa de procedimentos e forense à Câmara Municipal de Sever do Vouga no período compreendido pelo último mandato autárquico 2017 a 2021 com o seguinte âmbito de trabalhos:-----

- a) Trabalhos de auditoria de procedimentos – Realização de auditoria à correta aplicação dos procedimentos internos da Câmara Municipal de Sever do Vouga em áreas-chave e identificação de sugestões de melhoria no sentido de prevenir a ocorrência futura de eventuais irregularidades. Análise de processos e procedimentos nas áreas-chave consideradas genericamente relevantes: contratos de aquisição de bens e serviços e relações com fornecedores, contratos de empreitada, atribuição de subsídios, aquisição, alienação e gestão de património camarário, aprovisionamento.-----
- b) Trabalhos auditoria forense – Realização de auditoria à correta aplicação dos procedimentos internos da Câmara Municipal de Sever do Vouga em áreas-chave e identificação de sugestões de melhoria no sentido de prevenir a ocorrência futura de eventuais irregularidades. Áreas-chave consideradas genericamente relevantes: contratos de aquisição de bens e serviços, contratos de empreitada, atribuição de subsídios, aquisição, alienação e gestão de património camarário, recursos humanos, processos de contraordenação, aprovisionamento. Muito obrigado, senhor Presidente.--

António Monteiro – Muito obrigado, senhor Presidente da Mesa. Minhas senhoras e meus senhores, senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores. Apenas para saudar a iniciativa que a Câmara está a tomar neste momento porque mais importante, muitas vezes, é sabermos aprender com os erros do passado para não os repetirmos no futuro. E essa auditoria poderá ser um instrumento fundamental para que esta Câmara saiba de onde parte para que possa avançar corrigindo o que é importante corrigir, criar instrumentos para que não se repitam falhas do passado e para que, também, a Assembleia Municipal possa ter, a partir dessa auditoria, conhecimento sobre aquilo que são as eventuais falhas e aquilo que, principalmente, deve resultar de uma auditoria deste género que são os ensinamentos de como fazer melhor para o futuro. Eu acho que é ambição de todos nós que os serviços sejam mais eficientes, que respeitem aquilo que são as contribuições que todos nós pagamos para que os serviços públicos funcionem e que os serviços estejam e sirvam todos os Severenses de forma transparente e respeitando princípios básicos, como seja o princípio da igualdade, o princípio da proporcionalidade, o princípio da imparcialidade na forma como são executados. Nós tivemos, aliás, ocasião de, ao longo do mandato anterior, pedirmos por escrito, oralmente, insistirmos por relatórios que nos dessem informação sobre porque é que havia algumas coisas que tinham falhado. A nossa intenção nunca foi, porque não é essa a nossa função, castigar. A nossa intenção foi sempre dizer, ver o que é que estava a correr mal, para propor aquilo que poderia melhorar e que poderia fazer com que as coisas funcionassem melhor no futuro. Infelizmente, vimos muitas vezes repetirem-se, em alguns procedimentos, os mesmos erros que tínhamos detetado noutros procedimentos e isso levou a que, depois, voltassem a acontecer os mesmos problemas, nomeadamente em empreitadas. Se a empreitada do Ecocentro não correu bem, e nós perguntámos porquê, e nunca nos foi verdadeiramente respondido, não se aprendeu nada com o que aconteceu da empreitada do Ecocentro e depois quando se fez a empreitada do Centro Escolar voltaram a acontecer problemas. A importância desta auditoria é fundamental para começarmos com a informação que é necessária e, principalmente, para olharmos para o futuro para vermos aquilo que é importante melhorar, corrigir porque o dinheiro não é da Câmara, é dinheiro dos Severenses. Não há dinheiro público, há dinheiro de cada um dos cidadãos e a Câmara responde perante os cidadãos pelo gasto que faz de recursos que lhes pede e, por isso mesmo, tem que prestar contas e tem que,

evidentemente, procurar melhorar e ser mais eficiente no modo como administra e gere esses mesmos recursos. Muito obrigado.-----

1.9 Orçamento Municipal de 2022: - Depois da apresentação da proposta pelo presidente da Câmara Municipal, o Presidente da Assembleia Municipal abriu um período de intervenções, tendo-se registado as seguintes:-----

David Alves – Renovo os votos a todos os presentes. Vou fazer algumas considerações sobre o orçamento para 2022. Positivas e negativas. Vou começar pelas negativas. O plano foi elaborado com base nos orçamentos anteriores para dar continuidade àquilo que está cabimentado e orçamentado pelo executivo anterior. Está bem conseguido no seu modelo, apenas algumas mudanças de pormenor embora com valores iguais ao orçamento de 2021. A quebra no investimento a favor da despesa corrente é notória, salientando-se a despesa com pessoal. Aquilo que se criticava pelas cativações com valores a zero e cinco euros mantém-se. Eu não critico pois são necessárias e toda a gente sabe porquê. Mas, noutros casos, servem para diferenciar uma ligeira cabimentação ou até nenhuma. Ficamos sem saber quais são as verdadeiras prioridades. Muita subcabimentação das obras, o que deixa dúvida quanto à sua realização. Valorizamos a continuidade das obras iniciadas anteriormente e adjudicadas. Os grandes objetivos, já definidos anteriormente, como habitação, a estratégia do turismo e a recuperação da habitação degradada, sendo que esta está muito pouco cabimentada e não sabemos se vão proceder à sua implementação. Falta de referência e cabimento para obras a realizar através de contrato-programa da declaração de calamidade das intempéries. Programação com atividades para além do mandato de 2026 e 2027. Pouco investimento na proteção civil, nomeadamente a limpeza das faixas de gestão de combustíveis. Positivo, para mim, é na verdade os valores transferidos para as Juntas sendo este o caminho certo cabendo às mesmas investir e gastar na sua área de intervenção com muito mais rapidez. O PS vai votar pela abstenção porque consideramos que é o primeiro mandato do executivo e damos-lhe o benefício da dúvida.--

Presidente da Câmara Municipal – Existe, de facto, um aumento da despesa corrente e uma diminuição da despesa de capital que é originada, nomeadamente pela transferência de verbas para as Juntas de Freguesia e, também, por um aumento com os custos com o pessoal. O aumento com os custos com o pessoal tem a ver, sobretudo, com a nomeação de chefias já depois das eleições do anterior executivo. Foi uma das prendas que tivemos que aumentou, em muito, os custos com o pessoal e, naturalmente, com a criação de alguns quadros que entendemos fundamentais, nomeadamente, um Coordenador de Proteção Civil que entendemos ser fundamental e é obrigatório. Daí a explicação, para além dos aumentos normais que serão ainda maiores porque, já agora, não houve, segundo sei, a avaliação dos funcionários no biénio de 2019/2020. Também foi outra prenda do anterior executivo. Haverá, certamente, a partir do próximo ano, avaliação e aumento de custo com os funcionários.-----

Diana Paiva – Renovo os cumprimentos de há pouco. Gostaria de iniciar a minha intervenção a dizer Roma e Pavia não se fizeram num só dia. E, claro está, que não se pode esperar de um executivo, que entrou há dois meses em funções, faça obra que não foi realizada em trinta e dois anos do anterior executivo. Senhor Presidente, conforme já dissemos anteriormente, notamos que o estilo, a forma e o conteúdo são diferentes. Isto nota-se desde logo neste documento apresentado. Sabemos que não é o orçamento que pretendia, mas aquele que é possível dada a escassez de tempo, não nos esqueçamos que só passaram 2 meses desde a tomada de posse. Claro que, numa primeira fase, há que se inteirar dos assuntos que estão em cima da mesa, aqueles que são urgentes e aqueles que ainda têm tempo, e, com certeza, arrumar a casa. Como dissemos, este é o documento possível neste momento. Mas notamos já intenções claras, com o aumento de verba a transferir para as Juntas de Freguesia, que tanto nos debatemos no mandato anterior; a criação de um sistema de incentivos à colocação de médicos de família; a criação de um canil municipal, não tenhamos ilusões o CIROA, ainda nem está construído e já está esgotado, dito pela boca do Senhor Presidente da CIRA. Vemos ainda a intenção da

criação de um complexo desportivo, cada vez mais temos necessidade de ter condições para a prática de desporto. São boas medidas e bem pensadas e, por isso mesmo consideramos que este, apesar de não ser o ideal, é um bom orçamento. Obrigada.-----

António Monteiro – Muito obrigado, senhor Presidente da Mesa. Senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, senhores deputados municipais, senhores Presidentes de Junta, público aqui presente. Este é o primeiro orçamento desta nova Câmara Municipal. E, como qualquer Câmara que assume funções, tem a responsabilidade do legado que recebeu e tem a responsabilidade de olhar para o futuro e de desenhar um caminho para o desenvolvimento de Sever do Vouga. Aquilo que este orçamento é, e poderia ter a Câmara ter optado por só apresentar para o ano, porque é o primeiro ano do mandato, mas aquilo que nós registamos, antes de tudo o mais, é o esforço feito por esta Câmara para que o orçamento fosse apresentado ainda este ano para poder começar logo no dia um de janeiro com um novo orçamento. E isto é importante porque, em vez de se perderem os primeiros meses do próximo ano a tratar do orçamento, dia um de janeiro esta Câmara vai poder trabalhar com este orçamento. Mas, é também, um orçamento que, eu diria, de transição. É um orçamento em que é necessário resolver todos os problemas que vieram do passado, problemas que têm a ver com uma questão que levantei aqui de forma bastante veemente no mandato anterior. É como é que se faziam nomeações para chefias com eleições convocadas e com eleições à porta e que, evidentemente, oneram a despesa de pessoal. É um orçamento como já chamei à atenção aqui hoje que cumpre a palavra dada porque quando foi aprovado, ou quando foram, aliás, aprovados os dois últimos orçamentos, foi dada a palavra pela anterior Câmara de que iriam ser feitas determinadas obras e já falámos aqui delas hoje – a Rua da Arrôta, a ligação de Silva Escura a Dornelas. E não estão feitas ainda. E é evidente que um orçamento que está condicionado por aquilo que foram compromissos assumidos e não cumpridos é, evidentemente, um orçamento de transição porque é preciso completar aquilo que são promessas feitas ao povo de Sever. Mas, é um orçamento que, também, anuncia o que se quer fazer nos novos tempos. Anuncia um rumo novo para Sever. A ideia não é continuar a gerir do definhamento de Sever. Aquilo que tanto nos tem preocupado ao longo dos últimos anos com a desertificação, com a falta de atratividade de Sever para fixar as pessoas e fixar as empresas, com a falta de médicos. É um orçamento que olha e define uma linha estratégica. É evidente que, neste momento, não podemos saber, ainda, como é que se poderá concretizar tudo aquilo que é prometido para um mandato. Mas, há uma certeza porque ela está nos documentos do orçamento. É de que a estratégia mudou e, aí, quando nós discutíamos aqui, no mandato anterior, que era preciso que a Câmara tomasse medidas para fixar os médicos e diziam-nos que nada podiam fazer. Neste momento está assumido que esse dossier não vai ser deixado cair e que vão ser assumidas a defesa dos interesses dos Severenses na questão da saúde. Não vou enumerar mais questões porque esta era a questão central onde nós discutimos aqui nas últimas Assembleias. Nós sabemos que há obras que constantemente são necessárias. Sabemos que há questões de manutenção das vias que são prioritárias. Sabemos que as Juntas de Freguesia são um parceiro importante e que, também, na negociação dos orçamentos anteriores foi aumentada a verba transferida para as Juntas e agora isso volta a acontecer. Mas, com a saúde das pessoas não se pode brincar. É, para uma população envelhecida, com é a população de Sever do Vouga, e também para os mais novos, como é evidente, para todas as gerações, é uma questão absolutamente central e uma Câmara que percebe isto e que começa a modificar os instrumentos que vêm do passado, que eu percebo que houvessem outras preocupações e digo-vos, com franqueza, percebo mesmo, era outra geração, uma geração em que, na altura, não havia colégio em Sever e era necessário ir para Albergaria estudar e já tivemos essa conversa até fora deste fórum e que era necessário investir na educação. A preocupação era outra, mas as coisas mudaram e, neste momento, sem dúvida, é preciso que a Câmara esteja ao serviço dos Severenses, das preocupações dos Severenses. Esta foi uma matéria que foi debatida durante a campanha eleitoral e que aqui aparece no orçamento concretizando essa mesma preocupação e que

nós tivemos, aqui, oportunidade de debater. Portanto, assumindo que este é, ainda, um orçamento de transição, aquilo que nós registamos é o cumprimento da palavra dada e que, obviamente, compromete o orçamento do ponto de vista dos seus recursos nas obras que ficaram, perde-se a expressão, encalhadas do passado e o definir rumo para o futuro, para aquilo que é o desejo de um concelho mais sustentável, mais desenvolvido e com maior progresso.-----

António Dias – Muito obrigado, senhor Presidente. Sintam-se cumprimentados na sua pessoa. Antes de mais, eu venho aqui, uma vez o orçamento é um plano financeiro estratégico que agrega as receitas e as despesas para o exercício económico, neste caso, seguinte, eu tenho aqui que, antes de mais, apoiar o executivo pela forma como aumentaram e descentralizaram, em termos financeiros, dinheiro da Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia. Setenta e cinco mil euros é uma boa verba para as Juntas de Freguesia. Mas, também queria aqui pedir ao senhor Presidente da Câmara para que o orçamento seja executado. Agora estamos em transição, é óbvio que estamos aqui todos para ver o que vai dar o próximo ano e, por isso, peço ao senhor Presidente que tente executar o mais possível o orçamento. Obrigado.-----

Presidente da Câmara Municipal – Muito obrigado, senhor Presidente. Senhor Presidente de Junta, António Dias, é o que vamos procurar fazer. Só para responder aqui a duas ou três questões do deputado David Alves, no que diz respeito à Estratégia Local de Habitação. Na véspera das eleições, o anterior executivo resolveu atribuir uma série de escolas a associações. Ao mesmo tempo, colocou essas associações na Estratégia Local de Habitação. Foi mais uma prenda que nos deixaram. Agora vamos ter que fazer a figura de maus e chegar junto das associações e dizer-lhes que vão ter que sair de onde estão porque estão no âmbito da Estratégia Local de Habitação. Para além disso, a nível da Estratégia Local de Habitação foi colocado o terceiro piso do Vougapark. É, naturalmente, um espaço com imensas qualidades e daria, seguramente, uma excelente habitação social, mas não nos parece, a este executivo, ser a melhor opção para um espaço que se quer de empreendedorismo e empresarial. No que diz respeito à estratégia para o turismo, como sabem, o anterior executivo pagou a uma empresa sessenta mil euros para desenvolver uma estratégia para o turismo. Eu quero deixar muito claro que eu não o faria. Eu teria poupado esses sessenta mil euros. Mas, aquilo que vamos tentar fazer é perceber o que se pode aproveitar em prol do nosso concelho. Quero terminar dizendo que muitas das rubricas que, claramente, não têm verba suficiente, serão, naturalmente, regularizadas quando se der a incorporação do saldo de gerência que ronda os três milhões de euros. muito obrigado.-----

Deliberação: No uso da competência dada através da alínea a) do n.º 1, do artigo 27º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foram apreciados e votados os documentos previsionais para o ano económico de 2022, cujo Orçamento de Receita e Despesa é de € 12 000 000,00 (doze milhões de euros), estando os recursos previstos devidamente evidenciados no orçamento de receita, para aplicação e alcance dos referidos objetivos definidos no orçamento de despesa, que deve ser conjugado com os restantes documentos apensos. No documento apresentado, para além das justificações apresentadas quanto à previsão da receita e despesa, são apresentados, também, os demais documentos previsionais referidos no ponto 2.3, do POCAL, aprovado pela Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (alterado pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 4 de Dezembro, Decreto-Lei n.º 315/2000, de 12 de fevereiro, Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro e Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro), designadamente, as Grandes Opções do Plano, com os vários projetos e ações dotadas para 2022 em € 5 664 240,00 (cinco milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil, duzentos e quarenta euros), que compreende o Plano Plurianual de Investimentos com um total definido de € 4 100 000,00 (quatro milhões e cem mil euros) e o Plano de Atividades com o valor definido de € 2 750 000,00 (dois milhões, setecentos e cinquenta mil euros).-----

O Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2022 e respetivas autorizações acima identificadas foram aprovados, por maioria, tendo sido obtido o resultado seguinte:-----

Vinte e três votos a favor – Alexandre Rocha, Almiro Machado, Ana Tavares, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, António Dias, Cláudia Cruz, Diana Paiva, Elga Silva, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, Isabel Tavares, José Lemos, José Sousa, Luís Pedro, Maria Pereira, Patrícia Santos, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Sandra Pereira, Sérgio Silva e Tânia Pinheiro.-----

Cinco abstenções – Beatriz Soares, David Alves, João Oliveira, Júlio Fernandes e Renata Marques.-----

1.10 Mapa de Pessoal de 2022: - Dando cumprimento às disposições contidas no artigo 28º e seguintes da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprovou a “Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas”, foi elaborado o Mapa de Pessoal do Município para vigorar a partir de 1 de janeiro de 2022. Analisado o documento, a Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, com vinte e oito votos a favor, o Mapa de Pessoal para 2022, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro.-----

1.11 Regulamento de Apoio às Freguesias – Alteração: - De acordo com a proposta apresentada pela Câmara Municipal, o órgão deliberativo aprovou, por unanimidade, com vinte e oito votos a favor, proceder às seguintes alterações ao Regulamento de Apoio às Freguesias:-----

Onde se lê:-----

-----Artigo 14º-----

-----Pagamentos-----

1. Os pagamentos serão efetuados após o pedido efetuado pela freguesia e:-----

a) No caso de obras, após a realização de uma vistoria documentada por parte dos serviços técnicos da autarquia ou contra a apresentação de faturas ou auto de medição que justifiquem os trabalhos realizados.-----

b) No caso de equipamentos, material de transporte ou outras aquisições de bens e serviços, após a entrega de documento comprovativo da realização da despesa, do serviço ou da assunção do compromisso.-----

2. Em casos excecionais e devidamente justificados, poderá o Presidente da Câmara Municipal autorizar o adiantamento de verbas destinadas a satisfazer encargos relacionados com apoios aprovados.-----

Passa a ler-se:-----

-----Artigo 14º-----

-----Pagamentos-----

1. Os apoios para atividades e investimentos serão pagos até 31 de março, caso não esteja encerrado o processo referente ao ano anterior.-----

2. A Junta de Freguesia deverá apresentar relatório das atividades e investimentos realizados, os quais deverão conter o seguinte:-----

a) No caso de obras, após a realização de uma vistoria documentada por parte dos serviços técnicos da autarquia ou contra a apresentação de faturas ou auto de medição que justifiquem os trabalhos realizados.-----

b) No caso de equipamentos, material de transporte ou outras aquisições de bens e serviços, após a entrega de documento comprovativo da realização da despesa, do serviço ou da assunção do compromisso.-----

3. Em casos excecionais e devidamente justificados, poderá o Presidente da Câmara Municipal autorizar o adiantamento de verbas destinadas a satisfazer encargos relacionados com apoios aprovados.-----

1.12 Criação de Grupos de Trabalho:-----

1.12.1 Regimento: - Na sequência da deliberação tomada na sessão do dia 26 de novembro de 2021, foi realizada uma reunião de líderes para discussão sobre as alterações ao Regimento, da qual resultou uma proposta para a criação de um grupo de trabalho para reanalisar a estrutura orgânica do Regimento, simplificar ou atualizar face à lei o referido

Regimento. O documento propõe que o grupo de trabalho seja composto pelos membros Diana Paiva do PSD, João Oliveira do PS, António Monteiro do CDS e Sérgio Soares, Independente, e que seja presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal. Colocado este ponto à votação, o órgão deliberativo aprovou, por unanimidade, a criação do grupo de trabalho e respetiva composição.-----

1.12.2 Acompanhamento do Processo dos Danos Causados com a Cheia de 2019, no Rio Vouga e Outros Impactos:

- O Presidente da Assembleia Municipal apresentou a proposta dos grupos municipais para a criação de um grupo de acompanhamento do processo dos danos causados com a cheia de 2019, no Rio Vouga e outros impactos, com a seguinte constituição: Presidente da Assembleia Municipal e os membros: Paulo Lourenço do PSD, Jorge Graça pelo PS, Ana Cristina Tavares pelo CDS-PP e os senhores Presidentes de Junta Couto de Esteves, Cedrim e Paradela, Pessegueiro do Vouga, Rocas do Vouga e Sever do Vouga. -----

Seguidamente, o Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

Presidente da Câmara Municipal – Muito obrigado, senhor Presidente. Quando tomamos posse, tínhamos a ideia de que a situação das cheias do Rio Vouga já estava resolvida ou que, pelo menos, estaria bem encaminhada para se resolver. Entretanto, recebi uma comunicação da jurista com quem a Câmara tem uma avença informando que deveríamos avançar para tribunal. Ao mesmo tempo, ouvia dizer, por parte do anterior executivo, que estava mais do que provado o comportamento negligente da Greenvouga na forma como geriu os caudais em 2019 e que tinha sido esse comportamento o causador das cheias. Com base nestes elementos, normal seria, então, avançar para os tribunais, mas antes disso, eu quis reunir-me com a Greenvouga. Reuni-me com a Eng.^a Clara Maia, Administradora da EDP e representante da Greenvouga, no dia 15 de novembro e o que me foi dito foi que a Greenvouga não assumia qualquer responsabilidade, que não houve qualquer negligência por parte da Greenvouga e, pior ainda, que situações como aquela que ocorreu em 2019 poderiam voltar a ocorrer. No dia 02 de dezembro, reuni-me com os lesados das cheias e dei-lhes conta da minha reunião com a Greenvouga, mas também lhes transmiti a minha opinião sobre a forma como todo o processo foi conduzido. Disse-lhes que, na minha opinião, independentemente da ação conjunta com a autarquia que, alegadamente, lhes havia sido prometida, deveriam avançar com ações próprias. A verdade é que, decorridos dois anos, e após diversas reuniões e muitas trocas de e-mails, o fundamental não estava feito, ou seja, não tinha sido feita a prova de uma relação causa-efeito entre a atuação da Greenvouga e as cheias. Prova essa que se obtém através de um parecer técnico que a Câmara nunca pediu. O Presidente cessante tinha-me referido ter sido pedido um parecer a um técnico do Instituto Superior Técnico chamado Eng.^o Saldanha Matos. Eu contactei o Eng.^o Saldanha Matos que me disse ter sido contactado pelo Presidente da Câmara cessante, mas que não passou disso, ou seja, de um contacto e que, palavras suas, tudo tinha ficado em águas de bacalhau. Disse-me, também, não ser a pessoa certa para esse parecer e indicou-me um outro colega seu para a sua elaboração. Contactamos esse colega por e-mail e aguardamos, neste momento, resposta. Contactei, também, a Universidade de Aveiro e o LNEC, entidades que, segundo sabemos, nunca tinham sido contactadas antes, sendo que, no caso do LNEC, no meu entender, deveria ter sido a primeira a ser contactada, pois é a entidade que monitoriza as barragens e, entre elas, a barragem de Ribeiradio. Até ao momento, apenas a Universidade de Aveiro respondeu na pessoa do Professora Dr. Carlos Coelho com uma proposta de elaboração de um parecer e com quem, já na próxima semana, vamos começar a trabalhar. Impõe-se, portanto, a criação desta comissão para que possam acompanhar este processo e ter conhecimento pleno do que está a ser feito, nomeadamente pela autarquia. Sendo certo que, na minha opinião, se perderam dois anos em que muito o que se deveria ter feito não se fez, restando-nos apenas um ano para avançar com a ação. Quero que fique evidenciada a vontade expressa deste executivo em esclarecer a responsabilidade das cheias de 2019 e

em tudo fazer para que situações como essas nunca mais se repitam. Mas, quero também que fique claro que só a boa vontade ou palavras a dizer que vamos fazer tudo e depois nada fazer apenas contribuem para a descredibilização dos políticos e das instituições que deles dependem e para um maior afastamento das pessoas e das instituições que as representam. Muito obrigado, senhor Presidente.-----

O presidente da Assembleia Municipal abriu um período de intervenções, tendo sido registadas as seguintes:-----

Sérgio Silva – Boa noite, mais uma vez. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e senhor Presidente da Câmara Municipal, quero dar os parabéns à Mesa e à Câmara Municipal por terem tido o cuidado e a sensatez de terem colocado este ponto nesta Ordem de Trabalhos e por se preocuparem com os impactos que a grande barragem do Vouga provoca a jusante. Permitam-me, também, dizer-vos que viver a montante do paredão é, neste momento, para mim, um motivo de segurança, mas não de tanta esperança. Mas, voltemos atrás no tempo para percebermos, contextualizarmos e dizer-vos que, mais do que criar esta comissão, seria importante e é importante, tal como foi referido aqui no início, que o mesmo grupo de trabalho acompanhe todos os impactos do aproveitamento hidroelétrico de Ribeiradio-Ermida em todo o troço do Rio Vouga que atravessa o concelho de Sever do Vouga. Permitam-me dizer-vos que foi uma pena que, antes da construção da barragem, não se tenha criado uma comissão deste género para se trabalharem estes e outros impactos e talvez assim se tivessem evitado as cheias de 2019 e outros constrangimentos no nosso concelho. Dizer-vos, também, que, mais tarde, já em 2013, foi criada uma comissão de acompanhamento das obras, mas que pouco mais serviu para alguns arautos da obra fazerem algumas visitas de estudo ao local das obras. Eu gostava de deixar aqui claro que a montante do paredão, também ainda é concelho de Sever do Vouga e onde esta obra continua a provar impactos. No que respeita a danos causados pelas cheias de 2019, o processo até já está encaminhado, como também já referiu o senhor Presidente da Câmara que, pelos vistos, vão avançar com uma ação sobre a Greenvouga, ao contrário do que fez o anterior executivo, mas isto não é mais do que aquilo que concelhos vizinhos já fizeram e os grupos de cidadãos lesados também já avançaram sobre a Greenvouga. Neste sentido, e porque, de futuro, este tipo de descargas vai-se repetir e porque os impactos ao longo de todo o troço do Rio Vouga persistem, é de todo o interesse este grupo acompanhar, também, as futuras cheias e a elaboração do estudo de impacte ambiental que também ainda não existe e, principalmente, a montante do paredão continua a criar um impacto enormíssimo e, neste momento, quase que se pode dizer que aquela zona é uma terra sem lei. Não há plano de ordenamento das margens da albufeira, portanto, há ali uma série de impactos e é de todo o interesse o Município e nós acompanhar esse processo. Por isso, pela criação deste grupo de trabalho, mais uma vez, dar os parabéns.-----

Colocado este ponto à votação, o órgão deliberativo aprovou, por unanimidade, com vinte e oito votos a favor, a criação do grupo de acompanhamento e respetiva composição.-----

-----**Período Destinado ao Público**-----

Luís Pedro Ribeiro Pinto Carneiro, em representação da empresa Turnauga e do Viking Kayak Clube – Senhor Presidente, restantes membros da mesa, senhor Presidente da Câmara Municipal e restante executivo, senhores vereadores, senhores membros da Assembleia Municipal, senhores Presidentes e público. Estou aqui em Sever do Vouga há 25 anos porque foi aqui que decidi implantar um sonho que tinha desde 1993 e em 1997 abri em Sever do Vouga uma das primeiras empresas de turismo de natureza em Portugal. Uma das primeiras ainda existente. Quando a Turnauga veio para Sever do Vouga só veio porque viu, em Sever do Vouga, as suas potencialidades. Foi um amigo que conheci, em Bragança, que era de Sever do Vouga e que me trouxe cá e quando decidi investir em Sever do Vouga, trouxe depois o clube de canoagem, do qual eu sou presidente, para Sever do Vouga e, ao longo destes 25 anos tenho-me pautado sempre por levar o nome de Sever do Vouga para fora do concelho, fora da região e para fora do país porque eu penso que Sever

do Vouga tem grandes potencialidades. Quando surgiu o sonho, para muitas pessoas, de duas barragens em Sever do Vouga, eu fui das pessoas que fui contra e, quando fui contra, ganhei alguns inimigos. Eu sempre fui contra porque achei que a EDP e, neste caso, a Greenvouga, vinham para Sever do Vouga usar um dos patrimónios naturais de Sever do Vouga, que nunca foi reconhecido, e só no seu benefício. Efetivamente, a EDP, ou a Greenvouga, só está a explorar o Rio Vouga e, na altura, para que muitos saibam, não foi segredo para ninguém, o clube apresentou um projeto, junto da Fundação EDP Solidária Barragens, porque um dos meus outros sonhos era trabalhar com pessoas com deficiência e apresentámos um projeto que andava à volta dos sessenta e pico mil euros. A EDP deu-nos quarenta e tal mil euros, o Viking Kayak Clube investiu dinheiro junto da APCDI e dos seus utentes e, durante um ano e meio, tivemos esse projeto a funcionar que nos deu um grande prazer e, neste mesmo espaço, fizemos a festa de encerramento que levou às lágrimas muitas das pessoas aqui presentes. Infelizmente, não quiseram dar continuidade ao projeto. O dinheiro da EDP acabou. E, continuamos em Sever do Vouga. Mas, estamos em Sever do Vouga porque também achamos que, durante os 25 anos que cá estivemos apenas conhecemos uma força política e com quem nós colaborámos. Não estamos aqui para querer o mal de ninguém e eu costumo dizer como dizia um antigo político “deixe-nos trabalhar”. Alguns velhos do restelo de Sever do Vouga não nos querem deixar trabalhar e nestes 25 anos sempre nos pautámos por colaborar com o executivo que estava na Câmara. Fico muito contente porque houve mudança. Não é porque o outro executivo era bom ou era mau. Não me cabe a mim estar a julgar. Fico contente porque penso que é uma nova luz, um novo sangue, se calhar mais dinâmica. Infelizmente, nós vivemos numa sociedade que, ao fim de 30 anos de casados, vamo-nos divorciar porque é mais do mesmo. A mim aconteceu-me isso. Infelizmente, acho que, também quase 30 anos, algo tinha que mudar. Houve aqui um divórcio das pessoas de Sever do Vouga para com o executivo que estava, a força política que estava, e agora estou muito esperançado que este novo executivo, mais jovem, ouçam um pouco das nossas ideias. Eu tive muitos projetos que apresentei junto a este executivo. Quando foi a primeira reunião da barragem eu coloquei, em cima da mesa, um projeto para fazer uma pista de águas bravas no Rio Vouga que traria a Sever do Vouga muitos milhões de euros porque existem em outros locais e o feedback é esse e, puro e simplesmente, não nos ouviram. As cheias, nós investimos 25 anos da nossa vida. Neste momento, sou concessionário de uma praia que, neste momento, está adotada ao abandono porque, honestamente, tudo o que eu lá fiz vi ir pela água abaixo. E vejo, agora, a EDP, o senhor Presidente só não vos quis dizer porque, se calhar, vos ia chocar, mas eu não tenho problema. Eles chegaram a dizer “se houver uma ou outra família carenciada nós oferecemos uma máquina de lavar ou um frigorífico”. Eles, comigo, não brincam. Até porque eu sou do Porto, natural da freguesia de Miragaia e com Miragaia ninguém brinca. Vamos para Tribunal com eles, vamos até à última instância porque foi, pura e simplesmente, erro humano. Uma das pessoas que está na comissão de lesados, seria importante levarem para esse grupo de trabalho, a Arquiteta Ana Martins e, nesse dia, a barragem passou às 09:20, de 750m³ por segundo para 1370m³. Se tivesse morrido gente, isto já estava resolvido. Felizmente, não morreu. Houve uma senhora que teve que deixar o carro na estrada e trepar pela encosta da antiga linha do Vouga. Só vos quero dizer que Sever do Vouga tem grandes potencialidades. É um concelho que pode ser o futuro de um concelho de destino, tanto no turismo da natureza, turismo náutico e para as pessoas passarem os seus momentos de lazer com a família. Deixo, aqui, um alerta a este executivo. Quando for feito um plano diretor, ou como queiram chamar, de utilização da barragem, principalmente de Ribeiradio, não caiam no erro de deixar colocar lá barcos a motor de explosão porque não faltam barragens, por esse país, com a possibilidade de usarem barcos a motor de explosão. Vejam o Gerês, tenho um amigo que comprou lá uma casa que estava avaliada em 450 mil euros por 200 mil porque a pessoa queria vir embora porque, de verão, não há sossego no Gerês. É as motas de água, é os barcos. Não deixem.

E, aí, teremos um dos poucos concelhos com uma barragem onde a pessoa pode estar sossegada, andar de kayak, andar de barco à vela, andar de paddle, andar de barcos elétricos e aí nós iríamos marcar a diferença neste país. Por isso, eu digo a este novo executivo que estou sempre disposto a colaborar com alguns dos meus conhecimentos. Queria agradecer e dizer que Sever do Vouga está representado na CIRA, no Conselho Intermunicipal de Estratégia, pelo Viking Kayak Clube e que fomos reconduzidos para este mandato porque, dito pelo Eng.º Ribau Esteves, “tu estavas cá sempre nas reuniões”. Havia muitas associações que estavam lá, mas que nunca lá punham os pés. O Viking sempre se pautou por estar em todas as reuniões do conselho. Sever do Vouga está sempre bem representado por quem gosta de Sever do Vouga e como eu gosto de Sever do Vouga também quero tentar tirar aqui alguns dividendos, mas infelizmente, a cheia deixou-nos um bocadinho tristes, mas nós somos lutadores e eu sou lutador. Desejo a todos os membros da Assembleia Municipal um bom mandato, ao executivo, ao senhor Presidente e ao executivo cessante quero agradecer publicamente os momentos em que nós colaboramos e os bons momentos que nós tivemos. Obrigado.-----

Marta Lúcia da Silva Sousa Batista, de Talhadas – Excelentíssimo Presidente da Assembleia Municipal, excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal e executivo municipal, caros membros da Assembleia Municipal e caro público aqui presente. O motivo da minha intervenção hoje é apenas, e só, Talhadas. Já passaram dois anos, desde a minha ida à reunião Camarária, para solicitar a resolução dos problemas relativos ao transporte escolar dos alunos de Talhadas. Passados dois anos, mais uma vez, não se compreende que estes alunos sejam os primeiros a chegar à escola de Sever do Vouga e sejam os últimos a regressar a casa. A título de exemplo, um aluno de Ereira sai às 06:45 da manhã e chega a Sever do Vouga por volta das 07:55 para iniciar a escola às 08:30 da manhã. Já na parte da tarde, as aulas terminam por volta das 17:25, mas o autocarro só se encontra disponível por volta das 18:20. No caso quando os alunos têm tardes livres, alguns terminam o seu horário por volta das 12:00, outros por volta das 13:00 e, mais uma vez, o autocarro só está disponível às 14:40, o que implica chegarem a casa por volta das 15:30. Pergunto ao senhor Presidente até que ponto todo este tempo perdido nos transportes não afetará os resultados escolares dos alunos da freguesia de Talhadas. Deixava aqui um repto a todo o executivo Municipal, que era experimentar, um dia, estarem às 06:45 na Ereira. Sei que a Ereira fica no limite e que podem pensar que fica no distrito de Viseu, mas não. É distrito de Aveiro e concelho de Sever do Vouga. Experimentem fazer o trajeto com esses alunos que saem às 06:45 para depois apanhar um autocarro no centro de Talhadas às 07:30. O senhor Presidente falou aqui, e muito bem, que lhe deixaram vários presentes que foram envenenados, mas nós, Talhadenses, pedimos-lhe que nos dê, hoje, um presente de reis que é poder possibilitar aos alunos de Talhadas serem os primeiros, por exemplo, a vir, mas também os primeiros a regressar. Boas festas a todos.-----

Sérgio Silva pediu a palavra ao Presidente da Mesa para fazer um esclarecimento.-----

Sérgio Silva – É só para fazer duas correções. Penso que, há bocado, na minha última intervenção, em vez de dizer que o grupo de trabalhos deveria debruçar-se sobre o plano de ordenamento das margens da albufeira penso que falei em estudo de impacto ambiental. Apenas essa correção. Depois, na sequência da intervenção do senhor Luís Carneiro, esclarecer que eu, de longa data, fui crítico à barragem, isso não significa ser contra ou a favor ou quer que seja. Sempre fui, de longa data, crítico à barragem, há mais de dez anos a esta parte, mas, na altura, os arautos da grande obra também, sempre que o Sérgio falava de alguma coisa, era mais um tabu. Obrigado.-----

O Presidente da Assembleia Municipal perguntou ao Presidente da Câmara Municipal se queria prestar algum esclarecimento a Marta Batista ou se o faria posteriormente.-----

O Presidente da Câmara Municipal respondeu que prestaria a informação por escrito.----- Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta sessão, cuja ata em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir efeitos de imediato, tendo sido

elaborada a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente deste órgão e por mim, Luís Figueiredo Martins, funcionário designado para o efeito, que a redigi.-----